

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA WERLE

**TOTALITARISMO E A ECONOMIA NAZISTA: UMA LEITURA A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT**

Porto Alegre

2020

BRUNA WERLE

**TOTALITARISMO E A ECONOMIA NAZISTA: UMA LEITURA A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação em ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn

Porto Alegre

2020

## CIP - Catalogação na Publicação

Werle, Bruna

Totalitarismo e a economia nazista: uma leitura a partir de Hannah Arendt / Bruna Werle. -- 2020.

70 f.

Orientador: Carlos Henrique Vasconcellos Horn.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Totalitarismo. 2. Economia nazista. 3.  
Utilitarismo. I. Horn, Carlos Henrique Vasconcellos,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BRUNA WERLE

**TOTALITARISMO E A ECONOMIA NAZISTA: UMA LEITURA A PARTIR DE  
HANNAH ARENDT**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação em ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn  
UFRGS

---

Prof. Dr. Antônio Ernani Martins Lima  
UFRGS

---

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Fillipi  
UFRGS

Dedico este trabalho aos meus pais, Mirna e José, que sempre me apoiaram e deram todo o suporte necessário para que eu pudesse chegar até aqui. Esta conquista é também de vocês.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Mirna e José, por todo o carinho, apoio incondicional e incentivo aos estudos. Ao meu irmão, Augusto, por ser meu grande amigo e exemplo de dedicação e determinação naquilo que faz.

Deixo um agradecimento especial também ao professor Carlos Henrique Horn, que aceitou orientar-me nesta monografia. Obrigada pela confiança depositada na minha proposta de pesquisa e por estar disposto a me auxiliar até nos últimos dias de elaboração deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu namorado, Lucas, que acompanhou todo este processo e hoje comemora comigo esta conquista. Obrigada pela paciência, pelo tempo dedicado e pelo olhar atento. Sem a sua ajuda este trabalho não seria o mesmo.

*Muitos, pessoas ou povos, podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que “cada estrangeiro é um inimigo”. Em geral, essa convicção jaz no fundo das almas como uma infecção latente; manifesta-se apenas em ações esporádicas e não coordenadas; não fica na origem de um sistema de pensamento. Quando isso acontece, porém, quando o dogma não enunciado se torna premissa maior de um silogismo, então, como último elo da corrente, está o Campo de Extermínio. Este é o produto de uma concepção do mundo levada às suas últimas consequências com uma lógica rigorosa. Enquanto a concepção subsistir, suas consequências nos ameaçam. A história dos campos de extermínio deveria ser compreendida por todos como sinistro sinal de perigo.*

(LEVI, 1988, p. 7)

## RESUMO

O presente estudo foi motivado pela leitura do livro *Origens do totalitarismo*, da filósofa Hannah Arendt (2012), o qual aponta para a centralidade do aspecto ideológico na tomada de decisões por parte do regime nazista. Essa centralidade teria tornado o Terceiro Reich, em grande medida, alheio a questões de natureza utilitária. Com base na perspectiva de Arendt (2012), o principal objetivo do trabalho é identificar as implicações desse caráter não utilitário para a dinâmica da economia alemã sob o regime nazista. A estrutura do trabalho é composta de três eixos: a caracterização do totalitarismo conforme Arendt (2012), a investigação sobre a economia nazista e a definição do utilitarismo. Por meio da revisão bibliográfica empreendida, observou-se a incompatibilidade entre a doutrina utilitária, com seu princípio de maximização, e a ideologia nazista, com a crença de que a luta entre as raças seria o motor da história. Além disso, constatou-se que mesmo a economia, sobretudo após 1942, foi subordinada aos ditames ideológicos.

**Palavras-chave:** Totalitarismo. Economia nazista. Utilitarismo.

## ABSTRACT

The present study was motivated by reading the book *Origins of totalitarianism*, by the philosopher Hannah Arendt (2012), which points to the centrality of the ideological aspect in decision-making by the nazi regime. This centrality would have made the Third Reich largely alien to utilitarian issues. Based on the perspective of Arendt (2012), the main objective of the work is to identify the implications of this non-utilitarian character for the dynamics of the german economy under the nazi regime. The structure of the work is composed of three sections: the characterization of totalitarianism according to Arendt (2012), the investigation on the nazi economy and the definition of utilitarianism. Through the bibliographic review undertaken, it was observed the incompatibility between the utilitarian doctrine, with its maximization principle, and the nazi ideology, with the belief that the struggle between the races would be the engine of history. In addition, it was found that even the economy, especially after 1942, was subordinated to ideological dictates.

**Keywords:** Totalitarianism. Nazi economy. Utilitarianism.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Desemprego e votação no NSDAP (em %)	32
Tabela 2 - Empregos por atividade econômica, 1933/1938	38
Tabela 3 - Despesa pública e receita fiscal 1932/33-1936/37	40
Tabela 4 - Produção de munições durante a Segunda Guerra Mundial	46
Tabela 5 - Equipamentos bélicos produzidos para a Segunda Guerra Mundial	47

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda nacional bruta (número índice).....	33
Gráfico 2 - Declínio das reservas de ouro e divisas do <i>Reichsbank</i> .....	37
Gráfico 3 - Taxa de retorno do capital na indústria alemã, 1925-1941 .....	39
Gráfico 4 - A <i>Reichsbahn</i> sob pressão .....	43
Gráfico 5 - Importação de insumos industriais pela Alemanha, jan.1938-jan.1944 ...	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O TOTALITARISMO SOB A PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>INVESTIGAÇÃO SOBRE A ECONOMIA NAZISTA .....</b>	<b>31</b>
3.1	PREPARAÇÃO PARA A GUERRA .....	35
3.2	PERÍODO DE GUERRA .....	45
<b>4</b>	<b>UTILITARISMO: PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA NAZISTA .....</b>	<b>55</b>
4.1	BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA NAZISTA À LUZ DO CONCEITO DE UTILITARISMO .....	60
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>64</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os desdobramentos da ascensão do Partido Nazista ao poder na Alemanha, com o estabelecimento do Terceiro Reich entre 1933 e 1945, foram bastante destrutivos para a Europa e outras regiões do planeta. Estudiosos ainda se debruçam sobre os diferentes aspectos do regime nazista, por vezes chegando a conclusões aparentemente contraditórias em suas análises. A falta de consenso em relação a questões fundamentais sobre o período revela a permanência de diferentes perspectivas doutrinárias e lacunas na compreensão desse processo histórico de tamanha magnitude – que envolveu milhões de mortes –, que se mantém, portanto, aberto à investigação.

De acordo com a filósofa Hannah Arendt (2012), em sua obra *Origens do totalitarismo*, o regime totalitário nazista desafia comparações, pois, em certa medida, trata-se de um fenômeno inédito na história da humanidade. A autora adverte que a novidade não está no assassinio em si, praticado pelo Estado, nem mesmo no número de vítimas, mas sim no aparato ideológico que gerou esses crimes, os quais acabaram sendo encarados como uma necessidade histórica por parte do regime nazista. É nessa esteira que Arendt (2012) utiliza o termo “massacre administrativo” para se referir ao extermínio de judeus, poloneses, ciganos, entre outros.

Assim, o aspecto ideológico é apontado como axial na tomada de decisões dessa nova forma de governo denominada por Arendt (2012) de *totalitária*. A centralidade da ideologia teria tornado o Terceiro Reich alheio, em grande medida, a questões de natureza utilitária, como pode ser observado na seguinte passagem da obra de Arendt (2012, p. 558):

A ausência de estrutura no Estado totalitário, o seu desprezo pelos interesses materiais, a sua independência da motivação do lucro e as suas atitudes não utilitárias em geral contribuíram, mais que qualquer outro elemento, para tornar quase imprevisível a política contemporânea. O mundo não totalitário é incapaz de compreender uma mentalidade que funciona independentemente de toda ação calculável em termos de homens e de bens materiais, e que é completamente indiferente ao interesse nacional e ao bem-estar do povo; e isso o coloca num curioso dilema de julgamento. Aqueles que compreendem corretamente a terrível eficiência da organização e da polícia totalitárias tendem a subestimar a força material dos países totalitários, enquanto aqueles que compreendem a esbanjadora

incompetência da economia totalitária tendem a subestimar o potencial de poder que pode ser criado à revelia de todos os fatores materiais.

Pois é precisamente essa passagem que serviu de inspiração para definir o objeto do presente trabalho. Assim, a partir da proposição de Arendt (2012) acerca do caráter não utilitário do regime nazista, busca-se aqui reunir evidência e identificar as implicações dessa característica para a dinâmica da economia alemã sob o regime nazista. Ao fazê-lo, tratamos também de assinalar a incongruência entre a economia nazista e a doutrina utilitarista. Para tanto, o estudo se organiza com base em três eixos: a caracterização do totalitarismo sob a visão de Arendt, a investigação sobre a economia nazista e a definição do utilitarismo.

No capítulo dois, cujo título é “O totalitarismo sob a perspectiva de Hannah Arendt”, apresentam-se, inicialmente, análises de diferentes estudiosos a respeito do modo de produção e organização da sociedade alemã sob o nazismo. Após essa explanação, traçam-se as particularidades que definiriam o totalitarismo conforme Arendt (2012), caracterizando-o assim mediante o exemplo da Alemanha nazista.

O terceiro capítulo traça um panorama da economia alemã no período, mencionando também as principais políticas econômicas adotadas pelo regime nazista, as quais apontam para o rearmamento enquanto seu principal objetivo. No capítulo, são reunidos indícios acerca da proeminência dos ditames ideológicos na tomada de decisões por parte do regime, em detrimento de considerações econômicas.

Por fim, no capítulo quatro, explora-se o conceito de utilitarismo a partir de sua corrente clássica, buscando identificar seus desdobramentos na ciência econômica. À luz desse conceito, na segunda parte do capítulo, confronta-se a doutrina utilitarista com a economia nazista exposta no capítulo precedente. Um capítulo à guisa de conclusão sistematiza os principais pontos deste exame que fazemos sobre a economia nazista e seu caráter não utilitário. A metodologia do trabalho consistiu na revisão crítica de literatura pertinente.

## 2 O TOTALITARISMO SOB A PERSPECTIVA DE HANNAH ARENDT

O século XX apresentou mudanças sociais profundas em relação ao século XIX. Hobsbawm (1995, p. 16) adota a eclosão da Primeira Guerra Mundial como marco dessa transição, que representou o declínio da civilização ocidental do século XIX: “Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante [...] com o progresso material e moral”. A “Era da Catástrofe” – termo utilizado pelo autor para demarcar o período de trinta e um anos que abrange as duas guerras mundiais (1914-1945) – foi marcada pelo deslocamento do centro econômico da Europa para os Estados Unidos, por uma crise econômica sem precedentes no mundo capitalista e pela consolidação da União Soviética como alternativa ao capitalismo.

Hobsbawm (1995, p. 42) aponta que o Tratado de Versalhes – elaborado durante a Conferência de Paz de Paris (1919), que encerrou a Primeira Guerra Mundial – “não podia ser a base de uma paz estável [e], portanto, outra guerra era praticamente certa”. Keynes (2002, p. X), que chegou a participar da conferência, escreveu *As consequências econômicas da paz* “como reação indignada à postura dos aliados” perante a Alemanha vencida. Nesse texto de ampla repercussão, o autor (2002, p. 157) observa que o tratado não continha “qualquer disposição orientada para a reabilitação econômica da Europa”, nada que transformasse “as Potências Centrais derrotadas em bons vizinhos”, solapando assim as escassas chances de retorno à situação próspera do pré-guerra, em que a interdependência econômica entre os países, com a Alemanha ocupando papel de destaque, era uma realidade.

Em um período em que a globalização econômica já apresentava sinais claros de declínio, a crise econômica mundial iniciada em 1929 – conhecida como Grande Depressão ou Crise de 1929 – agravou o cenário, com redução de 60% no comércio mundial em quatro anos (1929-1932) e o rompimento das principais economias capitalistas com o liberalismo econômico por meio século (HOBBSAWM, 1995). Para o autor (1995, p. 43), o colapso econômico causado pela crise é ponto crucial para compreender a ascensão ao poder na Alemanha de “forças políticas [...]

empenhadas num rompimento deliberado com o *status quo*”, personificadas em Adolf Hitler.

Apesar de a Grande Depressão ser considerada uma crise mundial, ela se restringiu ao bloco capitalista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), oficialmente socialista desde 1922, com sua economia fechada e centralmente planejada, mostrou-se imune. Conforme Hobsbawm (1995, p. 100), “Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultrarrápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais.” A União Soviética atraiu olhares de outras nações, e “‘Plano’ e ‘Planejamento’ tornaram-se palavras da moda na política”. (HOBSBAWM, 1995, p. 101).

Observando o planejamento soviético, a teoria keynesiana<sup>1</sup> e o debate acerca do planejamento econômico na década de 1930, o economista Friedrich Pollock, membro da Escola de Frankfurt<sup>2</sup>, publica importante ensaio em 1941 com o título “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações”, em que constrói o modelo do que denomina de “capitalismo de Estado”, cujo exemplo mais aproximado seria a Alemanha nazista. “A caracterização é feita inicialmente pelo contraste com a ordem em declínio, o capitalismo privado” (PEDROSO, 2009, p. 154). Apesar de Pollock considerar que há duas transições possíveis para o capitalismo de Estado – a totalitária, via adotada pela Alemanha nazista, e a democrática –, o foco do ensaio é a primeira, reconhecida como “uma ameaça mortal a todos os valores da civilização ocidental.” (POLLOCK, 1982, p. 72, tradução nossa).

Pollock (1982) destaca quatro características do capitalismo de Estado: é o sucessor do capitalismo privado; o Estado assume importantes funções do capitalista privado; o lucro continua exercendo importante papel; e não é socialismo. O objetivo dessa nova fase do capitalismo é possibilitar o controle das forças caóticas do mercado, que levaram à Grande Depressão. Para isso, o Estado passa a assumir o papel, antes exercido pelo mercado, de controlar a produção e a distribuição. Segundo o autor (1982, p. 73, tradução nossa), “As liberdades de comércio, empresa e trabalho estão sujeitas à interferência governamental de tal

---

<sup>1</sup> A principal obra do John Maynard Keynes (1996), *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, foi publicada em 1936 e destaca o papel do Estado no bom funcionamento do capitalismo.

<sup>2</sup> Escola de teoria social e filosofia de base marxista.

forma que são praticamente abolidas. Juntamente com o mercado autônomo, as chamadas leis econômicas desaparecem.”

Há uma mudança significativa na esfera econômica com a introdução do princípio do planejamento econômico exercido pelo Estado. Os preços perdem seu caráter decisório no processo econômico e “as relações entre preços e custos de produção, por um lado, e entre demanda e oferta, por outro, enquanto estritamente interconectadas em sua totalidade, tornam-se desconectadas naqueles casos em que tendem a interferir no plano geral.” (POLLOCK, 1982, p. 75, tradução nossa). Até mesmo o interesse do lucro passa a ser subordinado ao plano geral, perdendo “sua principal função econômica, a saber, dirigir o fluxo de capital” (POLLOCK, 2019, p. 126). A racionalização de todos os processos por parte do Estado busca, em princípio, acabar com o desemprego e evitar crises econômicas.

Críticas foram direcionadas ao conceito “capitalismo de Estado” e ao seu uso para o caso da Alemanha, inclusive oriundas de outros estudiosos da Escola de Frankfurt. Assim, por exemplo, Franz Neumann entende que tal modelo, ao eliminar a possibilidade de crises e rupturas internas por meio de controles políticos, não configuraria mais o capitalismo, que, sob uma perspectiva marxista, é inerentemente instável (PEDROSO, 2009). Quanto à aplicação do conceito ao regime vigente na Alemanha sob o domínio do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, na sigla em alemão), Neumann constrói sua crítica evidenciando o permanente estado de iminente guerra civil sob o nazismo, o que se contrapõe à estabilidade enunciada pelo modelo do “capitalismo de Estado”. À vista disso, em lugar do conceito de Pollock, Neumann utilizava a expressão “economia monopolista totalitária” para descrever a situação alemã que, aos seus olhos, passava por uma progressiva concentração de poder nas mãos do grande capital (RAMOS, 2012).

Rudolf Hilferding<sup>3</sup> (1947), em crítica ao conceito de “capitalismo de Estado”, publicada no artigo “State capitalism or totalitarian state economy”, afirma categoricamente que uma economia capitalista é uma economia de mercado, com a autonomia de suas leis sendo um dos principais indícios do sistema de produção capitalista; os preços, resultando da competição, definem o que e quanto será

---

<sup>3</sup> Rudolf Hilferding foi um economista marxista que ocupou a posição de principal teórico econômico do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) durante trinta anos. Foi Ministro da Fazenda na Alemanha em 1923 e de 1928 a 1929 (COUTINHO, 2013).

produzido. A “economia gerenciada” – termo utilizado pelo autor para descrever o modelo em que a economia é organizada pelo Estado – elimina a autonomia das leis de mercado; os preços, embora continuem existindo, perdem a função de determinar o processo de produção, que passa a ser controlado por uma comissão de planejamento estatal (HILFERDING, 1947). Os círculos econômicos ainda apresentam alguma influência sobre o poder dominante, mas é restringida e pouco decisiva.

O planejamento econômico se torna absoluto em países totalitários, definidos por Hilferding (1947) como aqueles em que a economia é totalmente subordinada aos objetivos do Estado. Nesses casos, a economia perde o papel central que desempenha na sociedade burguesa e o Estado surge como poder independente, com suas próprias leis. Em sua análise do sistema econômico da União Soviética, Hilferding (1947) salienta a dificuldade em definir economicamente os países totalitários, considerando os termos “capitalista” e “socialista” inapropriados para tanto e, assim, chegando ao conceito de “economia estatal totalitária”. O autor aponta ainda que os sistemas econômicos de países totalitários tendem a apresentar certa convergência entre si e sugere – em 1940, quando da primeira publicação de seu artigo – que a Alemanha nazista e a Itália fascista se aproximavam do modelo de “economia estatal totalitária” já consolidado na União Soviética.

A discordância entre Pollock e Hilferding quanto ao conceito de “capitalismo de Estado” parece delimitar-se ao uso do termo capitalismo, já que a análise de ambos sobre a nova configuração da economia mundial caminha para a mesma direção. Pollock (1982) se vale do artigo de Hilferding como uma de suas referências e chega a usar a expressão “economia estatal totalitária” para se referir ao fenômeno que investiga. Embora o próprio Pollock (1982) coloque em xeque a possibilidade de existir algo como um capitalismo de Estado, a construção de seu modelo é bastante útil para auxiliar na compreensão do regime totalitário, sobretudo, por dois aspectos: primeiro, por aproximar-nos do contexto histórico mundial em que o nazismo estava inserido, revelando certa contiguidade desse regime com o pensamento político prevalente da época e permitindo, assim, vislumbrar a razão pela qual seu aspecto idiossincrático não foi mais bem identificado quando de sua

ascensão; segundo, por contribuir para a análise da economia nazista em seus anos iniciais.

Em outro ensaio publicado também em 1941, “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?”, Pollock (2019) visa aplicar o conceito de capitalismo de Estado ao caso da Alemanha nazista. Ainda que chegue à conclusão de que o princípio do planejamento não existe de fato nesse caso, o autor observa a transformação do capitalismo de monopólio em capitalismo de Estado. Em relação ao “planejamento” nazista, Pollock (2019, p. 124) descreve-o como um “retalho de medidas provisórias projetadas para lidar com as tarefas criadas pelo armamento e pela guerra”, apontando que a falta de um plano geral na Alemanha nazista levou muitos observadores a concluir que não surgira, efetivamente, uma nova ordem no país. Embora ainda pudesse existir o compromisso por parte das lideranças nazistas com a “velha ordem”, qual seja, a economia capitalista privada, a interferência do Estado, “por sua absoluta totalidade e intensidade, ‘transformou quantidade em qualidade’, capitalismo de monopólio em capitalismo de Estado.” (POLLOCK, 2019, p. 125).

Apoiado no que entende como uma transição entre fases do capitalismo na Alemanha, Pollock (2019) constrói a ideia de uma “nova ordem” sob o nacional-socialismo, caracterizando-a como um novo sistema social e econômico. Antes de iniciar de fato a investigação expressa no título de seu ensaio, o autor (2019, p. 120) tece dois comentários que contribuem para a compreensão de um aspecto do regime nazista explorado por Hannah Arendt em sua obra sobre o totalitarismo que logo passaremos a examinar: trata-se de sua face de movimento, de instabilidade, de impermanência, de seu processo ininterrupto de radicalização. O primeiro comentário é que “nenhum sistema social é estático”; o segundo é que, até o estabelecimento de uma nova ordem, pequenas mudanças contínuas “podem ficar escondidas, particularmente porque as instituições permanecem inalteradas enquanto se alteram suas funções”.

Outro conceito que Pollock (2019) considera apropriado para descrever a economia nazista é o de “economia de comando”, no sentido em que se contrapõe à expressão “economia de troca”. O autor extrapola o conceito para a sociedade, observando a passagem de uma “sociedade de troca” para uma “sociedade de comando”. É interessante notar que a economia de troca se baseia no que Adam

Smith (2014) considera ser a característica fundamental da natureza humana: a tendência para a troca. Milton Friedman (2014), valendo-se das ideias de Adam Smith, escreve que a troca voluntária – a qual beneficia, em princípio, todas as partes nela envolvidas – permite que a economia de mercado seja coordenada pelo princípio da cooperação; a outra maneira de coordenar a atividade econômica de milhões de indivíduos seria mediante a coerção, técnica adotada pelo Estado totalitário moderno.

Ao elucidar que, na “sociedade de troca”, a troca é a base das interações e a faixa de renda define a posição social do indivíduo, Pollock (2019, p. 124) observa um fator de coesão bastante distinto na sociedade sob o nacional-socialismo: a troca é substituída pelo comando e pela obediência, e a posição social depende do lugar que se ocupa na hierarquia do Partido Nazista: “O dinheiro sozinho dá apenas um poder limitado [...]. O poder político, por sua vez, que é equivalente ao controle dos meios de produção, pode se tornar a fonte de renda praticamente ilimitada.” Conforme Pollock (2019), a brutalização da sociedade sob o regime nazista é compensada por um direito que nenhum Estado democrático havia sido capaz de assegurar: segurança econômica aos “camaradas raciais” por meio do pleno emprego. Dado o elevado patamar de 44% da população ativa jogada na condição de desemprego em 1933, quando da subida de Hitler ao poder, essa garantia certamente exerceu alguma influência sobre a população alemã (HOBBSAWM, 1995).

Peter Drucker (2009), considerado o pai da administração moderna, aproxima-se da análise de Pollock (2019) sobre a Alemanha nazista em alguns aspectos. Além de observar a subordinação da economia aos objetivos políticos, com o estabelecimento do Partido Nazista como a classe mais poderosa, Drucker (2009) apresenta o conceito “*economic man*”, definindo-o como símbolo da sociedade em que os indivíduos perseguem seus objetivos por meio do livre exercício da atividade econômica. O conceito é baseado na expressão *homo economicus* de Adam Smith (2014, p. 46), caracterizada nesta célebre passagem: “Não é da benevolência do açougueiro, padeiro e taverneiro que esperamos nosso jantar, mas da responsabilidade destes com os próprios negócios”. O título do livro de Drucker, *The end of economic man: the origins of totalitarianism*, é bastante sugestivo do caminho da análise do autor, que observa no fim do “*economic man*”

uma das origens do totalitarismo. É em razão da tentativa do regime nazista de formular uma nova ideia de indivíduo, de sociedade e de valores – derrubando, assim, algo ainda mais fundamental que a organização econômica – que Drucker (2009) considera o totalitarismo uma revolução.

Ao definir totalitarismo como um sistema político que nega totalmente o indivíduo, Drucker (2009) destaca que, na Alemanha nazista, à medida que a liberdade perdia sua substância e se transformava em um conceito vazio, sem correspondência com a realidade, mais se falava em uma “nova liberdade”. A liberdade, que antes significava o direito do indivíduo, passa a ter um novo significado: o direito da maioria sobre o indivíduo. Para a construção dessa nova sociedade, sob essa “nova ordem” descrita por Pollock, é necessária uma mudança na natureza do homem, o que o totalitarismo realmente tenta fazer mediante o domínio total do indivíduo, subordinando qualquer ação individual ao Estado e sua ideologia (ECO, 2018). Precisamente esta concepção também aparece na obra clássica de Hannah Arendt (2012), *Origens do totalitarismo*:

Os movimentos totalitários podem, com justiça, afirmar terem sido os primeiros partidos realmente antiburgueses [envolvendo] os seus membros ao ponto de fazê-los perder completamente suas reivindicações e ambições individuais. (ARENDR, 2012, p. 442).

Arendt (2012) menciona algumas técnicas adotadas para esse apagamento do indivíduo. Uma delas era a publicação de panfletos pela SS, comandada por Heinrich Himmler, que insistiam na necessidade de se perceber a futilidade de tudo o que tinha um fim em si mesmo. “Himmler definiu muito bem o elemento da SS como o novo tipo de homem que em nenhuma circunstância fará jamais alguma coisa apenas por amor a essa coisa” (ARENDR, 2012, p. 453). Até os integrantes mais idealistas do partido, imprescindíveis na conquista do poder, passam a ser um incômodo em um estágio mais avançado do domínio total, já que persiste nesses indivíduos algum espírito de iniciativa. De acordo com Arendt (2012), o cidadão ideal para o totalitarismo – aquele sem vontade própria, que aceita sem questionamentos a ordem do superior – só seria produzido de maneira perfeita nos campos de concentração, onde os prisioneiros chegavam a ser levados para a morte sem protestar. Esse princípio de total submissão é expresso já no primeiro ato de iniciação ao nazismo, quando se assevera a infalibilidade do *Führer*. Conforme

Arendt (2012, p. 482), a primeira qualificação de um líder de massas é jamais admitir que errou e, assim, este era o primeiro juramento dos membros do NSDAP: “O *Führer* sempre tem razão”.

Arendt (2012), ao diferenciar o governo totalitário das tiranias e ditaduras, afirma que é necessário ter cautela quanto ao uso da palavra totalitarismo. De acordo com a autora, os únicos países com reais experiências totalitárias haviam sido, até a publicação do seu livro em 1951, a Alemanha sob o domínio de Hitler e a União Soviética sob o domínio de Josef Stálin. Enquanto outras formas autoritárias de governo estão interessadas no alcance do poder por meios convencionais e na sua permanência por meio do Estado, além da destruição total ou parcial da oposição, esses são apenas os estágios iniciais desta nova forma de governo identificada como totalitarismo. O terror ditatorial, ao ameaçar apenas adversários autênticos, difere do terror totalitário, que ameaça cidadãos sem opiniões políticas. Segundo Arendt (2012, p. 532), o governo totalitário passa a ser exercido justamente quando já se aniquilou a oposição política, a qual, “ao invés de fornecer o pretexto do terror, foi o último impedimento para que este alcançasse a fúria total”. Dado que o estabelecimento do totalitarismo na Alemanha ocorreu de forma gradual, sem uma quebra brusca no sistema político e social que pudesse ser mais facilmente percebida, Arendt (2008) considera o ano de 1938 como o marco do encaminhamento efetivo da Alemanha para a plena realização do domínio total; até então, mesmo que já apresentasse diversos elementos totalitários, a Alemanha ainda podia ser considerada uma ditadura monopartidária.

Os nazistas evitavam denominações como democracia, república, ditadura ou monarquia, normalmente utilizadas para descrever uma forma de governo. Hitler, quando se preocupava com essa questão, dizia: “Aliás, não sou chefe de um Estado como o é um ditador ou monarca, mas sou líder do povo alemão” (ARENDR, 2012, p. 493). O Estado, desprezado como instituição sob o nazismo, transformou-se em instrumento para o movimento totalitário. Hitler repetia muitas vezes: “O Estado é apenas um meio para um fim. O fim é a conservação da raça” (ARENDR, 2012, p. 493). Segundo Arendt (2012), aqueles que alcançavam algum cargo importante do ponto de vista do mundo não totalitário perdiam importância real para o movimento. Dessa forma, todo governo visível tinha pouca influência e era mantido para aparentar algum grau de normalidade para o mundo exterior. Drucker (2009)

também observa esse fenômeno ao destacar que as antigas instituições do Estado alemão, embora perdessem suas funções originais, eram mantidas no regime nazista como uma espécie de fachada. Um caso emblemático de como funcionava esse “poder ostensivo” – termo adotado por Arendt para referir-se a essa instância de poder cujo objetivo era, sobretudo, manter as aparências no âmbito das relações internacionais – foi o de Hjalmar Schacht que, pedindo demissão de seu cargo de ministro da Economia em 1937 por discordar dos excessivos gastos internos, foi nomeado por Hitler para um novo ministério que só existiria no papel (COUTO; HACKL, 2007).

De acordo com Arendt (2008, p. 260), “Toda ciência se funda necessariamente em alguns postulados tácitos, básicos e axiomáticos, que ficam expostos e são destruídos apenas diante de fenômenos totalmente inesperados”. O campo de concentração, símbolo máximo do totalitarismo, pode tornar-se esse fenômeno inesperado, “[...] que levará os cientistas sociais e historiadores a reconsiderar seus pressupostos fundamentais, até agora inquestionados, referentes ao curso do mundo e à conduta humana”. Diante do esvaziamento de sentido dos conceitos perpetrado pelo totalitarismo, é compreensível a falta de consenso entre estudiosos quanto ao modo de produção e organização da sociedade vigente na Alemanha nazista. Os pensadores marxistas Pollock (2019) e Maurice Dobb (1986) definem o nazismo como capitalismo de Estado. Michel Beaud (1994, p. 294) afirma que o período representou um “fortalecimento do capitalismo alemão, decerto sob a forma mais exagerada que jamais tenha existido de capitalismo de Estado”. Já Friedrich Hayek (2001), em *Road to serfdom*, aponta que o nazismo é consequência do crescimento do Estado e do socialismo<sup>4</sup>. Ainda que existam conclusões aparentemente antagônicas ao tentar encaixar, de forma binária, o nazismo nos termos opostos “capitalismo” e “socialismo”, a balança pesa para o lado do capitalismo. Conforme Richard Evans (2018), até mesmo Stálin, ao menos em um primeiro momento, imaginava que Hitler fosse o representante do capitalismo monopolista alemão, de modo que, caso os interesses comerciais alemães fossem atendidos, os países poderiam conviver pacificamente. A Operação Barbarossa – codinome para a invasão alemã da União Soviética – iniciada em 1941, desfez as conclusões precipitadas de Stálin em relação à Alemanha.

---

<sup>4</sup> Hayek é um dos principais integrantes da Escola Austríaca, de abordagem liberal para a economia.

Essa dificuldade em se chegar a um consenso sobre definições da Alemanha nazista transparece uma conclusão importante, embora em certa medida evidente, feita pelo historiador Yuval Noah Harari (2018, p. 128), em seu *best-seller Sapiens: uma breve história da humanidade*: “Os cientistas normalmente procuram atribuir os desdobramentos históricos a fatores econômicos e demográficos objetivos. Isso casa melhor com seus métodos matemáticos e racionais.” Porém, prossegue Harari (2018), diante da história moderna – citando como exemplo a Segunda Guerra Mundial, a qual não seria motivada por falta de alimentos ou pressões demográficas – devem-se considerar fatores não materiais, como ideologia e cultura. Adam Tooze (2013, p. 20) ressalta que a Alemanha nazista, país considerado responsável pelo início da guerra, estava sob o comando de “[...] um regime que adotou como objetivo central a destruição da população judaica europeia, propósito aparentemente destituído de qualquer lógica econômica”<sup>5</sup>. É sob essa perspectiva que Arendt (2012) considera a dicotomia capitalismo/socialismo insuficiente para explicar o totalitarismo. A autora está em consonância com a crítica do cientista político William Ebestein (1943, p. 239 *apud* ARENDT, 2012, p. 480), para quem:

[...] a interminável discussão quanto à natureza socialista ou capitalista da economia alemã sob o regime nazista é em grande parte artificial, porque tende a esquecer do fato vital de que tanto o capitalismo quanto o socialismo são categorias pertinentes à economia de bem-estar ocidental.

Arendt (2012, p. 480) complementa: “[...] o ‘cientificismo’ da política ainda pressupõe que o bem-estar humano é a sua finalidade, conceito que é completamente alheio ao totalitarismo”. Nessa mesma linha, Tooze (2013) salienta a crença de Hitler de que o motor da história não era a busca pelo desenvolvimento econômico, e sim a luta entre as raças por sobrevivência. Os nazistas, influenciados pela teoria da evolução de Darwin, achavam que a humanidade não era “algo eterno e universal, e sim uma espécie mutável que pode evoluir ou se degenerar” (HARARI, 2018, p. 312). Dessa forma, ao mesmo tempo que adotaram como missão a tarefa de proteger e encorajar a reprodução da “raça ariana”, que acreditavam ser a forma mais evoluída de humanidade, propunham-se a eliminar os indivíduos que julgavam inferiores. Esses “tipos degenerados de Homo sapiens” nunca estavam totalmente

---

<sup>5</sup> O historiador Adam Tooze, que já lecionou na Universidade de Cambridge e atualmente é professor na Universidade de Yale, foi um dos vencedores do Wolfson History Prize com sua obra *O preço da destruição: construção e ruína da economia alemã*, em que relata a história da Alemanha nazista sob a perspectiva econômica.

definidos *a priori*: os nazistas os determinavam em um processo contínuo de radicalização de critérios (HARARI, 2018). Para se ter uma ideia do ponto extremo a que poderiam ter chegado esses critérios, Hitler planejava, em caso de vitória na guerra, implantar uma lei nacional que obrigaria toda a nação a fazer exames de raios X; aqueles que apresentassem problemas no pulmão ou no coração não poderiam continuar misturados ao público, nem gerar descendentes (ARENDR, 2012).

Em um primeiro momento, os “critérios” ainda estavam restritos a características fenotípicas e à lista de antepassados, sendo, pois, condizentes com a promulgação das leis de Nuremberg em 1935, a qual restringiu os direitos dos judeus. Tais leis não só proibiam casamentos entre judeus e alemães, mas inclusive definiam quem era judeu: não era necessário possuir crença religiosa, bastava ter três avós judeus (ARENDR, 1999). Ao observar que o movimento nazista se propunha não tanto a reunir aqueles que pudessem acreditar no racismo, mas sim a organizar a si próprio de acordo com “critérios raciais objetivos”, Arendt (2008, p. 370) conclui que “a ideologia da raça deixou de ser questão de simples opinião, argumentação ou mesmo fanatismo, e passou a constituir a realidade viva concreta”. Questões que habitualmente só dizem respeito às escolhas do indivíduo, como quantidade de alimento, profissão e casamento, passam, no regime nazista, a depender de traços fenotípicos e de ascendência genética.

Em um estágio mais avançado de radicalização totalitária, quando o resultado da guerra – com a Alemanha do lado perdedor – já estava bastante evidente<sup>6</sup>, os nazistas realizaram uma operação de envio de crianças polonesas com características “arianas” para famílias alemãs. Em 1944, foram sequestradas entre 40 e 50 mil crianças polonesas de olhos azuis e cabelos louros para que o “sangue germânico” fosse protegido (ARENDR, 2012). Um adendo importante sobre a concepção nazista de “raça ariana” é que ela não estava baseada no povo alemão, mas nos homens da SS, que tinham sua árvore genealógica “em ordem” até, pelo menos, o ano de 1750 (ARENDR, 2012). Esse fato auxilia no entendimento da amplitude dos objetivos de Hitler, que computava as vitórias e derrotas em termos de séculos: dado que os homens da SS constituíam uma pequena parcela da

---

<sup>6</sup> “Na altura de julho de 1943 era óbvio que a guerra estava perdida.” (TOOZE, 2013, p. 741).

população alemã e, conforme os nazistas, seriam os futuros donos do mundo, isso só seria possível em um horizonte de tempo maior do que a vida de qualquer um dos responsáveis pelo regime. “O ‘império mundial germânico’, como disse Himmler, ou o império mundial ‘ariano’, como teria preferido Hitler, só viria dali a séculos.” (ARENDDT, 2012, p. 550).

Para a construção desse império, Tooze (2013, p. 728) destaca a importância dada pelos nazistas à conquista de novos territórios, de “espaço vital” (em alemão, *Lebensraum*), para que a Alemanha se desenvolvesse plenamente: “Para [Hitler], uma guerra de conquista não era uma opção política entre outras. Ou a raça alemã lutava pelo *Lebensraum* ou seus inimigos raciais a condenariam à extinção.” Conforme Tooze (2013), Hitler havia desenvolvido essa convicção por diversos fatores, entre os quais estava a forte dependência alemã da importação de alimentos. Durante a Primeira Guerra Mundial, devido ao bloqueio, por parte dos Aliados, de alimentos recebidos de outros países, a Alemanha vivenciou uma fome generalizada, em que mais de 500 mil alemães morreram por desnutrição (EVANS, 2018). Outro fator seria a proporção pouco favorável entre população e terras, resultando em uma Alemanha densamente povoada; a superpopulação e os baixos salários nas cidades levariam à redução da taxa de natalidade, o que, para Hitler, significava uma ameaça para a “raça”.

Ao mencionar que a preocupação dos nazistas com a questão do *Lebensraum* é muitas vezes encarada como indício de seu atraso, Tooze (2013) salienta que a busca por mais territórios e recursos naturais era, na verdade, uma preocupação de toda a Europa até 1914, ano em que o movimento de expansão europeia foi em grande medida estancado. Os nazistas se recusavam a aceitar como definitivas as fronteiras estabelecidas com o fim da Primeira Guerra Mundial e, portanto, pretendiam anexar novos territórios por meios militares. Como bem observado por Tooze (2013, p. 38), “O destino da Alemanha era a guerra.” A novidade sob a expansão nazista, que se concentrou na Europa oriental, era o tratamento destinado às populações nativas dos territórios conquistados: a remoção. Como Hitler tinha interesse nas terras vazias para posterior assentamento de colonos alemães, os povos não germânicos nativos deveriam ser retirados. Conforme Tooze (2013, p. 525), todo o planejamento territorial para o *Lebensraum* estava detalhado no *Generalplan Ost*, que contemplava “o assentamento de, pelo

menos, 10 milhões de alemães ao longo de um período de 20 a 30 anos.” O plano também continha as estimativas de remoções e deportações para campos de extermínio: em relação à Polônia, por exemplo, calculava-se a remoção de 80% a 85% dos habitantes; no caso da União Soviética, planejava-se o assassinato mediante fome generalizada de toda a população urbana. Dessa forma, o *Generalplan Ost* ficou diretamente vinculado à “Solução Final” – codinome para o extermínio dos judeus (TOOZE, 2013).

Ao acompanhar o julgamento de Adolf Eichmann<sup>7</sup>, um dos principais responsáveis pela Solução Final, Arendt (1999, p. 125) observa que o réu tinha inculcada em sua mente uma ideia de necessidade histórica da morte dos judeus: para Eichmann, “[...] o pecado imperdoável não era matar pessoas, mas provocar sofrimento desnecessário.” O réu afirmou diversas vezes durante o julgamento que “[...] havia de fato ajudado suas vítimas, havia facilitado seu destino. Se essa coisa tinha de ser feita, argumentava ele, era melhor que fosse feita em boa ordem.” (ARENDR, 1999, p. 209). Ao mencionar o fato de que, mesmo em períodos de escassez de equipamentos, o Ministério dos Transportes disponibilizava os trens de carga necessários para a deportação dos judeus, Arendt (1999) sugere que o caráter de necessidade atribuído à morte dos judeus não era uma peculiaridade de Eichmann, mas sim de todo o regime nazista.

O Direito sob o totalitarismo assume um caráter bastante distinto: longe de possibilitar qualquer tipo de estabilidade ou orientação para as ações dos indivíduos, as leis tornam-se expressão do movimento totalitário. “O domínio totalitário é ‘sem lei’ na medida em que desafia o direito positivo, mas não é arbitrário, na medida em que obedece com rigor lógico e executa com precisão compulsiva as leis da História ou da Natureza” (ARENDR, 2008, p. 359). O regime nazista executava “[...] na hora as sentenças de morte [já pronunciadas pela “Natureza”], sem esperar pela eliminação mais demorada e menos eficiente que presumivelmente iria ocorrer de qualquer maneira” (ARENDR, 2008, p. 362). O grande responsável por traduzir a lei da Natureza era o *Führer*, e suas palavras, conforme explicou Eichmann em seu

---

<sup>7</sup> Adolf Eichmann, um dos responsáveis pelas deportações em massa de judeus dos territórios ocupados pelos alemães para os campos de extermínio, foi capturado na Argentina e seu julgamento aconteceu em Jerusalém, em 1963. Arendt realizou a cobertura do processo para a revista *The New Yorker* e acabou publicando suas conclusões no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal* (GITZ; PEREIRA, 2014).

juízo, tinham força de lei (ARENDR, 1999). O processo contínuo de radicalização dos critérios que determinavam quem deveria ser exterminado, sob a “noção de uma seleção racial que não pode parar”, dá indícios da aversão à estabilidade por parte do regime, que, na verdade, dependia da instabilidade para o sucesso do movimento (ARENDR, 2012, p. 529).

Para que a experiência totalitária alemã repercutisse de forma mais amena no mundo exterior – ou mundo não totalitário –, a propaganda nazista foi crucial. O mundo não totalitário compreende todas as camadas sociais, inclusive dentro da Alemanha, que ainda não estão completamente absorvidas pela ideologia. É nesse sentido que a simples existência de um mundo não totalitário – com suas naturais incoerências que dificultam a explicação ideológica totalizante – ameaça a continuidade do regime nazista; em última instância, o movimento totalitário busca dominar o mundo (ARENDR, 2012). Segundo a autora (2012), era a pressão exercida pelo mundo não totalitário que ditava a necessidade de propaganda, que abusava do uso de mentiras, descolada da realidade e dos fatos; sua força residia justamente na sua habilidade em afastar as massas do mundo real. A diferença entre a propaganda e as políticas efetivamente adotadas era tamanha que Hitler, ainda em 1942, falava em um plano de reassentamento de judeus em Madagáscar, quando na verdade sua eliminação já estava em andamento na campanha russa desde 1941. “A mais eficaz ficção da propaganda nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica” (ARENDR, 2012, p. 489). Onde o domínio total já havia sido alcançado, a propaganda era substituída por doutrinação, e a violência era utilizada para dar realidade às doutrinas ideológicas (ARENDR, 2008).

Segundo Arendt (2012), todas as ideologias possuem três elementos totalitários, que necessitam do movimento totalitário para que se manifestem inteiramente: o primeiro elemento é que a ideologia promete explicar tudo, do passado à projeção do futuro; o segundo é o descolamento da realidade e a insistência em uma “realidade mais verdadeira” escondida em tudo o que é perceptível; o terceiro é a ordenação dos “fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo o mais sendo deduzido dela” (ARENDR, 2012, p. 628). A novidade sob um regime totalitário é a adoção do processo lógico como princípio para todas as suas ações (ARENDR, 2012).

Ao definir lógica como “[...] a capacidade de compelir o raciocínio a conclusões com absoluta desconsideração por toda e qualquer experiência”, Arendt (2008, p. 318) afirma que a busca por perfeita consistência lógica constitui o principal objetivo do líder totalitário, que molda a realidade – por meio do terror – para que suas previsões se tornem verdadeiras. “Hitler havia profetizado que, se a Alemanha não prevalecesse sobre seus inimigos, enfrentaria uma catástrofe nacional sem paralelo na história moderna” (TOOZE, 2013, p. 741). Dessa forma, “Os nazistas não hesitaram em lançar mão, no fim da guerra, de toda a força da sua organização ainda intacta para destruir a Alemanha do modo mais completo possível, a fim de que fosse verdadeira a sua predição” (ARENDR, 2012, p. 482). O risco de perder a guerra não aconselhou a liderança nazista em um sentido de apaziguamento com as nações combatentes; pelo contrário, serviu de pretexto para a intensificação do processo de radicalização. “Nem considerações econômicas, nem militares, nem políticas podiam mais interferir com o oneroso e incômodo programa de extermínio e deportação em massa.” (ARENDR, 2012, p. 549). Como apontado por Arendt (2012), era como se manter as “políticas demográficas” fosse mais importante do que vencer a guerra, o que desafia o “bom senso treinado no pensamento utilitário”. Hitler calculava as suas ações de forma a beneficiar o movimento em direção aos “objetivos da ideologia racial totalitária”. “Para o ‘movimento’, era mais importante demonstrar que era possível fabricar uma raça pela aniquilação de outras ‘raças’ do que vencer uma guerra de objetivos limitados.” (ARENDR, 2012, p. 550).

Neste ponto de seu argumento, Arendt (2012) detém-se para explicar um fenômeno que considera de difícil compreensão para o mundo não totalitário: a lealdade absoluta de Hitler ao seu processo lógico, que derivava da premissa ideológica da eterna luta de raças, tornou o regime nazista completamente alheio às questões utilitárias. Hitler desprezava “[...] todos os interesses limitados e locais – econômicos, nacionais, humanos, militares – em favor da realidade puramente fictícia de um futuro distante e indefinido” (ARENDR, 2012, p. 551). A autora (2008, p. 261) aproxima o conceito de *utilitarismo* – que será mais bem explorado adiante – à noção, bem estabelecida no senso comum, de que as ações humanas são regidas pelo interesse próprio; as más ações seriam resultado “de certo ‘exagero’ do interesse próprio”. A natureza não utilitária do regime nazista estaria associada ao

fato de que seus crimes não beneficiavam seus autores, já que a construção do “império ariano”, objetivo vislumbrado em um horizonte de tempo bastante distante, não poderia ser avaliada como um real benefício, ainda mais em um momento de grande emergência militar. Em outros termos, Arendt (2012, p. 590) relaciona a natureza não utilitária do regime nazista, utilizando inclusive o termo “antiutilitária”, à “inutilidade econômica” de seus crimes: “[...] em meio à guerra e a despeito da escassez de material rolante e de construções, [os nazistas] edificaram enormes e dispendiosas fábricas de extermínio e transportaram milhões de pessoas de um lado para o outro”. Em consonância com o pensamento de Arendt, Tooze (2013, p. 26) salienta que as diretivas de Hitler durante a guerra “[...] desafiam a racionalização em termos de autointeresse pragmático”, invocando a ideologia para explicar tal situação. Arendt (2012) aponta que, quando um governo se torna realmente totalitário, o curso de sua ação se torna bastante imprevisível aos olhos do mundo não totalitário, pois se baseia em um conjunto de valores distinto daquele estabelecido no senso comum, construído sobre bases utilitárias.

O mundo não totalitário é incapaz de compreender uma mentalidade que funciona independentemente de toda ação calculável em termos de homens e de bens materiais, e que é completamente indiferente ao interesse nacional e ao bem-estar do povo. (ARENDR, 2012, p. 558)

Ao reconhecer que o “preparo bélico” não é em si antiutilitário – apesar de seu custo proibitivo – e aceitando-o como motivo racional, Arendt (2012, p. 548) sugere que a economia alemã “[...] pôde funcionar mais ou menos racionalmente” até 1942 sob o domínio nazista. “Somente em 1942 é que as normas do domínio totalitário passaram a prevalecer sobre tudo, mesmo sobre a economia.” (ARENDR, 2012, p. 549). Vale destacar que Pollock publicou seus dois ensaios mencionados neste trabalho – “Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações” e “Seria o nacional-socialismo uma nova ordem?” – em 1941, antes, portanto, dos últimos estágios de radicalização do regime nazista, ou seja, antes de o domínio totalitário englobar totalmente a esfera econômica. A definição por Arendt do ano de 1942 como marco da realização plena do totalitarismo é significativa, pois, para a compreensão das diferenças entre as análises dos dois estudiosos sobre a Alemanha nazista. É razoável supor, assim, que, por observarem realidades distintas quanto a uma dimensão essencial, naturalmente chegaram a conclusões distintas.

Pollock (2019) definiu a Alemanha nazista como “capitalismo de Estado totalitário”. Além das funções de controle atribuídas ao Estado sob o “capitalismo de Estado”, já mencionadas anteriormente, o termo totalitário é vinculado pelo autor à transformação do Estado em instrumento de poder de um pequeno grupo governante, formado pela elite dos negócios, pelas camadas mais altas da burocracia estatal e pelos líderes do partido. Como apontado por Pollock (1982), todos os interesses são subordinados ao plano geral sob o “capitalismo de Estado”, que, em sua via totalitária, construiria o plano de forma a concretizar os interesses do grupo governante. Porém, Pollock (2019) menciona que não existia um plano geral na Alemanha nazista, utilizando, dessa forma, a expressão “aquilo que serve como seu substituto” para ocupar a função do plano. “Em cada caso em que o interesse de grupos ou indivíduos isolados conflita com o plano geral ou com *aquilo que serve como seu substituto*, o interesse individual deve ceder.” (POLLOCK, 2019, p. 126). A prioridade absoluta da “questão judaica” – para utilizar a expressão de Arendt (1999) – nos últimos estágios da guerra poderia conferir à ideologia o papel de substituto do plano geral na Alemanha nazista.

Ainda que no início do regime nazista o Estado pudesse ser de fato instrumento de poder desse pequeno grupo identificado por Pollock (2019) e que grandes empresas se beneficiassem do trabalho de prisioneiros dos campos de extermínio<sup>8</sup>, o movimento contínuo de radicalização acabou por concentrar todo o poder nas mãos de um só homem. Hitler “[...] era chefe de Estado, o chefe do governo, o chefe do partido, o supremo comandante das Forças Armadas, o comandante em chefe do Exército – em suma, ele era ‘O Líder’” (EVANS, 2018, p. 367). Para além das instâncias oficiais de poder, que, conforme Arendt (2012), muitas vezes nem eram informadas do que estava acontecendo, Hitler era líder das instituições do movimento – fora da estrutura do Estado e do Exército – nas quais residia o “verdadeiro poder”. Apesar de reter o domínio total em suas mãos e, assim, o controle sobre o destino da Alemanha, as decisões de Hitler não pareciam ser regidas “pelos motivos usuais do interesse próprio” (ARENDR, 2008, p. 269). “O ditador totalitário, numa aguda distinção diante do tirano, não acredita que é um

---

<sup>8</sup> “Ao lado de indústrias não muito importantes da SS, famosas empresas alemãs como a I.G.Farben, a Krupp Werke, e a Siemens-Schuckert Werke abriram fábricas perto dos campos de extermínio de Auschwitz e de Lublin. [...] Quanto às condições nas fábricas, a ideia era, claramente, matar por meio do trabalho.” (ARENDR, 1999, p. 93).

agente livre com o poder de executar sua vontade arbitrária [...]” (ARENDR, 2008, p. 365). O ditador totalitário se julga submetido a “leis mais altas”, que, no caso da Alemanha nazista, seriam as supostas “leis da Natureza”. Assim, o terror totalitário não visa beneficiar o “poder despótico de um homem”, mas sim transformar a realidade à imagem de sua ideologia.

Conforme Arendt (2012, p. 557), a novidade sob os regimes totalitários não consiste na crueldade com que jogam a “política do poder”, mas no “conceito de poder inteiramente novo e sem precedentes”. O poder, que para o homem ocidental guarda certa relação com riquezas e bens materiais, no regime totalitário está vinculado à força produzida pela organização, que, em seu fim último, vislumbra o domínio em âmbito mundial. Em outros termos, o poder no regime totalitário é mensurado pela capacidade de mobilização das massas, capacidade essa que pode ser exemplificada pelo fato de que os nazistas levaram “[...] todo um povo à guerra com o lema ‘de outra forma pereceremos’” (ARENDR, 2012, p. 482). Dado esse novo conceito de poder, Arendt (2012) menciona que, para Hitler, a guerra não estava perdida quando a Alemanha estava em ruínas, mas quando percebeu que não podia mais confiar na SS, linha de frente na expansão do movimento.

Tooze (2013) menciona que o projeto de Hitler, diante dos fundamentos econômicos, mostra-se profundamente irracional. Vale lembrar que Arendt (2012) considera a perfeita consistência lógica como o principal objetivo de Hitler. Com base nessas duas informações aparentemente antagônicas – que configurariam um comportamento logicamente irracional –, é razoável supor que a racionalidade ideológica, ou totalitária, baseia-se em um princípio distinto daquele que rege a chamada racionalidade econômica. Além disso, a concretude da experiência totalitária demonstra “[...] o potencial de poder que pode ser criado à revelia de todos os fatores materiais” (ARENDR, 2012, p. 558).

### 3 INVESTIGAÇÃO SOBRE A ECONOMIA NAZISTA

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, estabeleceu-se na Alemanha a chamada República de Weimar, marcada por uma economia bastante fragilizada em seus anos iniciais<sup>9</sup>, em grande medida pelos efeitos do Tratado de Versalhes<sup>10</sup>. Sob o contexto de descontentamento nacional em relação às condições do tratado, que suscitou protestos em massa no país, é criado o Partido Nazista, que adota como um de seus pilares ideológicos a noção bastante difundida na época de que a Alemanha não teria sido derrotada, mas sim traída por um “inimigo interno”<sup>11</sup>. Conforme Moraes (2018), o partido ganha visibilidade nacional apenas em 1923, no episódio conhecido como o “Golpe da Cervejaria”, a fracassada tentativa de derrubar o governo bávaro encabeçada por Hitler, a qual resultou em sua prisão. No período em que esteve preso, Hitler escreveu sua autobiografia, intitulada *Minha luta* (*Mein Kampf*, em alemão), livro de relevância central para o movimento nacional socialista, popularmente chamado de “Bíblia nazista” (CASPAR, 1958).

Moraes (2018) ressalta que o NSDAP teve baixa representação no *Reichstag* (parlamento alemão) até o início da Crise de 1929, quando os nazistas passaram a ser vistos como alternativa diante da conjuntura de crise econômica – nas eleições de 1928, o partido obteve apenas 2,8% dos votos. Drucker (2009) afirma que a crise representou um choque para a crença europeia no capitalismo. Assim como Hobsbawm (1995), Moraes (2018) observa uma relação direta entre a taxa de desemprego na Alemanha e os votos no NSDAP, sugerindo que, embora a chegada dos nazistas ao poder não possa ser explicada com base em apenas uma variável, a crise de 1929 teve papel fundamental nessa ascensão. A relação pode ser observada na tabela 1.

---

<sup>9</sup> Moraes (2018) divide a República de Weimar em dois períodos de crise (1919-1924 e 1929-1933) e um período de estabilidade (1924-1929). Em 1923, o país foi assolado pela hiperinflação, impasse resolvido sob o comando de Hjalmar Schacht, figura também de destaque durante o regime nazista.

<sup>10</sup> Além de perder todas as colônias ultramarinas, cerca de 15% de seu território na Europa e todo o equipamento bélico, a Alemanha ficou comprometida a pagar reparações de guerra aos países vencedores. O valor estipulado foi de 24 bilhões de libras esterlinas, montante três vezes maior do que Keynes teria calculado (COUTO; HACKL, 2007).

<sup>11</sup> Para entender melhor o conceito de “inimigo interno”, ver Guterman (2013, p. 178).

Tabela 1 - Taxa de Desemprego e votação no NSDAP (em %)

	Taxa de desemprego	Votos no NSDAP
Set. 1930	18,3	14,1
Jul. 1932	29,7	37,3
Nov. 1932	28,3	33,1
Mar. 1933	34,3	43,9

Fonte: Moraes (2018, p. 113)

Nota: os dados da taxa de desemprego diferem conforme a fonte consultada.

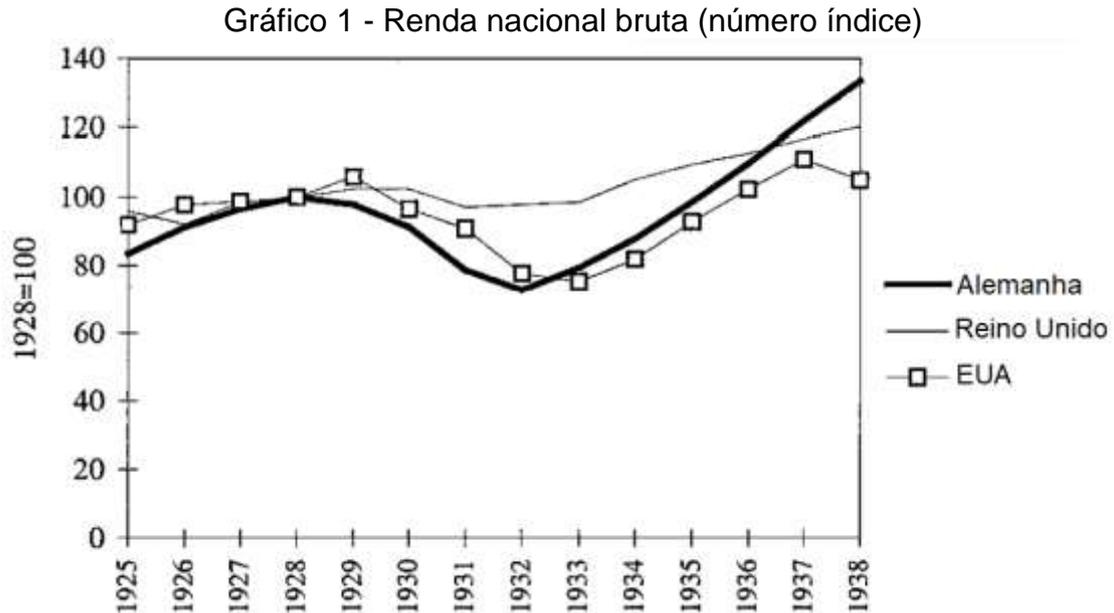
Em janeiro de 1933, Hitler se torna legalmente chanceler da Alemanha, dando início a um período histórico que ainda desperta divergências entre pesquisadores. Vale destacar que Ritschl (2002) e Scherner (2010) mencionam a dificuldade em se obter dados confiáveis sobre o período, o que poderia explicar parte dessas divergências. Os autores atribuem essa dificuldade tanto à tentativa da Alemanha de encobrir gastos com armamentos como ao fato de que, em determinado momento, os dados sobre despesas governamentais deixaram de ser publicados. Ritschl (2002), em sua investigação a respeito dos efeitos do déficit público na recuperação econômica alemã durante os anos iniciais do regime nazista, aborda algumas dessas controvérsias, entre as quais está a questão do possível caráter keynesiano das políticas fiscais nazistas. Enquanto Feijó (2009) credita a recuperação econômica às “políticas de corte keynesiano”<sup>12</sup>, Ritschl (2002) conclui, mediante uma análise minuciosa, que essa não é uma interpretação muito adequada, visto que um aumento no déficit público não seria em si evidência suficiente para categorizar uma política como keynesiana.

Ritschl (2002) atenta também para o fato de que essa recuperação econômica alemã – considerada desde um “milagre econômico”<sup>13</sup> até algo quase inexistente<sup>14</sup> – apresentava sinais já em 1932, antes, portanto, da chegada de Hitler ao poder. Além disso, esse fenômeno econômico acompanhou, em grande medida, o contexto internacional, como ilustrado no gráfico 1.

<sup>12</sup> De acordo com Feijó (2009), o alto escalão nazista teria desenvolvido certa simpatia por Keynes após a publicação do livro *As consequências econômicas da paz*, que, conforme já mencionado no capítulo anterior, apontava o custo impagável atribuído aos alemães devido à posição de derrotados na Primeira Guerra Mundial.

<sup>13</sup> Feijó (2009) chama o fenômeno de “Primeiro milagre econômico alemão”.

<sup>14</sup> Alguns pesquisadores consideram que a recuperação econômica não existiu de fato, sendo apenas fruto de manipulação estatística (RITSCHL, 2002).



Outro ponto explorado por Ritschl (2002) diz respeito ao fim do desemprego, tópico para o qual convém compilarmos algumas informações antes de apresentarmos uma análise mais detida. O planejamento econômico nazista no período pré-guerra foi concebido em dois planos quadrienais: o primeiro foi criado em 1933, sob a liderança de Hjalmar Schacht<sup>15</sup>, então presidente do banco central alemão (*Reichsbank*) e também ministro da economia; o segundo foi lançado em 1936, sob responsabilidade de Hermann Göring, um dos primeiros membros do Partido Nazista (COUTO; HACKL, 2007). De acordo com Scherner (2010) e Ritschl (2002), estudos mais antigos, que dispunham de menos dados, subestimaram os gastos militares no início do regime, criando assim a interpretação de que o foco inicial teria sido na esfera civil. Sob essa perspectiva, adotada em Feijó (2009) e em Couto e Hackl (2007), entende-se que a criação de empregos teria sido o principal objetivo do primeiro plano quadrienal, creditando-se o fim do desemprego a Schacht e à sua invenção conhecida como *Saques Mefo*<sup>16</sup>, títulos públicos que teriam

<sup>15</sup> Schacht era considerado um “bruxo” das finanças e sua autobiografia nos Estados Unidos recebeu o nome *Confessions of an old wizard*, ou *Confissões de um velho feiticeiro*, em tradução literal (FRANCO; 1999). Schacht condenou os planos quadrienais em sua autobiografia, considerando-os apenas propaganda política (COUTO; HACKL, 2007).

<sup>16</sup> Para uma melhor compreensão do funcionamento dos títulos *Saques Mefo*, ver Couto e Hackl (2007, p. 331-332).

financiado a construção de obras de caráter civil com grande capacidade de absorção de mão de obra, como as *autobahns*<sup>17</sup>.

Ritschl (2002) adverte, porém, que o déficit público esteve, já em 1934, mais atrelado aos gastos militares do que com a criação de empregos civis, considerando, inclusive, assim como Tooze (2013), que os títulos *Mefo* eram na verdade destinados ao programa de rearmamento. Ritschl (2002) lembra que o investimento na construção das *autobahns* foi significativo apenas a partir de 1936, quando o pleno emprego já havia sido alcançado; de acordo com Evans (2018, p. 183), “O desemprego continuou em níveis elevados até a introdução do alistamento militar obrigatório em larga escala, que absorveu gerações jovens a partir de 1935.” Tooze (2013), em consonância com Ritschl, menciona que ocorreu de fato uma campanha de criação de empregos civis em 1933, a qual, porém, mobilizou menos recursos que o orçamento destinado ao rearmamento<sup>18</sup>. Em 1934, a chamada “Batalha pelo Trabalho” inicia uma nova fase, dessa vez apenas como mecanismo de propaganda: “[...] nem um só *reichsmark* em dinheiro novo foi alocado a projetos nacionais de criação de empregos em 1934 ou em qualquer momento posterior” (TOOZE, 2013, p. 93).

Tooze (2013, p. 76), que chega a utilizar a expressão “mitologia de criação de empregos do regime nazista” em seu livro *O preço da destruição*, afirma categoricamente que o marco divisório entre a República de Weimar e o Terceiro Reich não foi a criação de empregos, mas a mobilização em torno do rearmamento. Hitler acreditava que “[...] a luta pelo *Lebensraum* era a única salvação para o país”, o que apenas seria possível mediante conquista militar: “A tarefa da política doméstica era a consolidação das bases para o rearmamento” (TOOZE, 2013, p. 68). A prioridade absoluta da preparação para a guerra não excluía o objetivo de alcançar um padrão de vida mais elevado para a população, porém, em tese, postergava-o para o momento posterior à conquista do “espaço vital”. Ainda conforme Tooze (2013, p. 199), “Como disse o próprio Hitler no ‘Segundo Livro’, se o Estado alemão não fosse capaz de assegurar suficiente *Lebensraum* para o povo

---

<sup>17</sup> Tooze (2013) considera que as *autobahns*, na verdade, serviam a propósitos militares.

<sup>18</sup> “Segundo o acordo de junho de 1933, as despesas militares seriam quase três vezes maiores do que o total combinado de todas as medidas de criação de emprego anunciadas em 1932 e 1933.” (TOOZE, 2013, p. 86).

alemão, ‘todas as esperanças sociais’ seriam ‘promessas utópicas sem qualquer valor real’.<sup>19</sup>

Dessa forma, sob a perspectiva de Tooze (2013, p. 728) – com a qual se alinha a investigação aqui proposta –, a história econômica do Terceiro Reich tem seu eixo no rearmamento e na longa preparação para a guerra: “[...] o rearmamento foi a força absoluta e determinante que impulsionou, desde o início, a política econômica. Tudo o mais foi sacrificado em prol disso”<sup>20</sup>. Vale mencionar a apreciação de outros dois estudiosos do regime nazista sobre a obra basilar de Tooze, as quais corroboram a escolha dessa fonte como principal referência para este capítulo. Scherner (2010, p. 434, tradução nossa) a valoriza, sobretudo, pela precisão da análise empreendida: “Adam Tooze revelou falhas graves nos dados até então utilizados, que subestimaram a produção real da economia de guerra durante os primeiros anos da guerra”. Richard Evans, uma das principais autoridades mundiais sobre o nazismo, fez o seguinte comentário: “o livro de Tooze imediatamente figura como a principal investigação da história econômica da Alemanha nazista em qualquer língua, inclusive o alemão.” (EVANS, 2018, p. 193).

### 3.1 PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

De acordo com Tooze (2013, p. 98), as despesas militares passaram de 1% para 10% da renda nacional alemã entre 1933 e 1935: “Nunca se tinha visto um realinhamento da produção nacional total dessa magnitude em tão curto espaço de tempo em nenhum país capitalista em tempo de paz.” Em 1935, cerca de 25% da indústria já se ocupava em diversos tipos de “produção não destinada ao mercado”. A primeira fase do rearmamento foi aprovada por Schacht ainda em 1933, no valor de 35 bilhões de *reichsmarks*, montante que exigiria quase 10% do PIB durante os oito anos seguintes.<sup>21</sup> A título de comparação, o autor aponta que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tiveram gastos militares dessa grandeza apenas no momento mais intenso da Guerra Fria, sendo que ambos contavam com níveis de renda

<sup>19</sup> O “Segundo Livro” de Hitler, escrito logo após o *Mein Kampf*, traz reflexões do autor sobre política externa.

<sup>20</sup> “Adam Tooze [...] reúne uma boa quantidade de dados para demonstrar de maneira conclusiva que o rearmamento foi o motor que impulsionou a recuperação econômica alemã desde o princípio do Terceiro Reich.” (EVANS, 2018, p. 183).

<sup>21</sup> A primeira fase do rearmamento valia-se “[...] do sistema de financiamento extraorçamentário usado, inicialmente, para a criação de empregos civis” (TOOZE, 2013, p. 85).

significativamente maiores. Portanto, o programa acarretava, “[...] se não a completa militarização da sociedade germânica, pelo menos, a formação de um complexo industrial-militar substancial, com graves ramificações para o restante da economia” (TOOZE, 2013, p. 85).

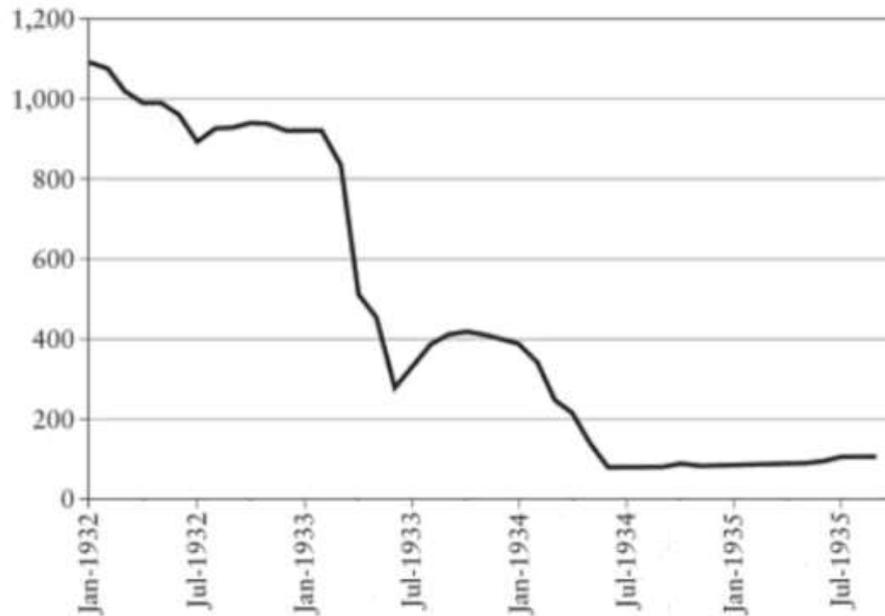
A produção de armamentos dependia de insumos importados e, por isso, tinha o seu ritmo determinado em grande medida pela situação restritiva do balanço de pagamentos alemão, que era pressionado pela aguda dependência da importação de matérias-primas e alimentos e pelo pagamento das dívidas internacionais, as quais consumiam anualmente um bilhão de *reichsmarks*. Para se ter uma ideia do impacto desse valor sobre a economia, em 1933, as exportações totalizaram 4,8 bilhões de *reichsmarks* e, as importações, 4,2 bilhões. “Tudo dependia, portanto, da capacidade alemã em manter um fluxo saudável de exportações com o qual atender ao serviço da dívida e pagar as importações.” (TOOZE, 2013, p. 82). Assim, o principal obstáculo para uma política armamentista ainda mais agressiva ao longo dos doze anos do regime foi a limitação imposta pelo balanço de pagamentos, o qual passou por duas crises cambiais, uma em 1934 e outra em 1939, devido à escassez de divisas.

A crise cambial de 1934, apontada por Tooze (2013, p. 102) como o momento em que o regime nazista mais se aproximou de uma crise socioeconômica, acarretou a “suspensão completa dos pagamentos em moeda estrangeira da dívida internacional da Alemanha”. O gráfico 2 mostra a evolução das reservas de ouro e divisas do *Reichsbank*. A crise abriu espaço para a criação do chamado “Novo Plano” de Schacht, que instituiu um sistema de subsídios às exportações e um complexo mecanismo de controle das importações, o qual regulava “o acesso de cada uma das firmas alemãs a matérias-primas de origem estrangeira” (TOOZE, 2013, p. 140). Conforme observado por Feijó (2009, p. 250), ficava estabelecido, assim, o “monopólio estatal no mercado cambial”. Se, por um lado, o Novo Plano permitiu o feito notável da manutenção do comércio internacional alemão com as reservas de divisas para cobrir apenas uma semana de importações<sup>22</sup>, por outro, criou uma grande máquina burocrática que, no final da década de 1930, empregava mais de 18 mil funcionários (TOOZE, 2013).

---

<sup>22</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) orienta, atualmente, que os bancos centrais mantenham reservas equivalentes a seis meses de importações (TOOZE, 2013).

Gráfico 2 - Declínio das reservas de ouro e divisas do *Reichsbank* (milhões de *reichsmarks*)



Fonte: Tooze (2013, pg. 105).

Como afirmado por Tooze (2013, p. 127), “[...] a gestão do balanço de pagamentos da Alemanha exigia também uma série de decisões políticas muito difíceis”. Devido à necessária escolha do que seria importado e à prioridade do rearmamento, os setores de bens de consumo foram duramente prejudicados. O setor têxtil, por exemplo, que representava anteriormente 26% da conta total de importações, foi o mais afetado, com seu crescimento bruscamente estancado em 1934. Para evitar uma onda de demissões, o governo emitiu um decreto que proibia a indústria têxtil de operar suas fábricas por mais de 36 horas semanais. Em muitas cidades alemãs, passou a vigorar o racionamento de manteiga e carne já em 1935 (TOOZE, 2013).

No mercado de trabalho, sensível ao realinhamento da produção nacional, observou-se estagnação no número de pessoas empregadas nos setores de bens de consumo, o qual permaneceu abaixo daquele registrado em 1929; as indústrias de engenharia, entretanto, experimentaram um aumento substancial de pessoas empregadas (TOOZE, 2013). Em 1938, conforme Buchheim e Scherner (2006), quase 25% da força de trabalho na indústria estava empregada diretamente na produção de armamentos. As mudanças na alocação setorial de mão de obra entre 1933 e 1938 estão expressas na tabela 2.

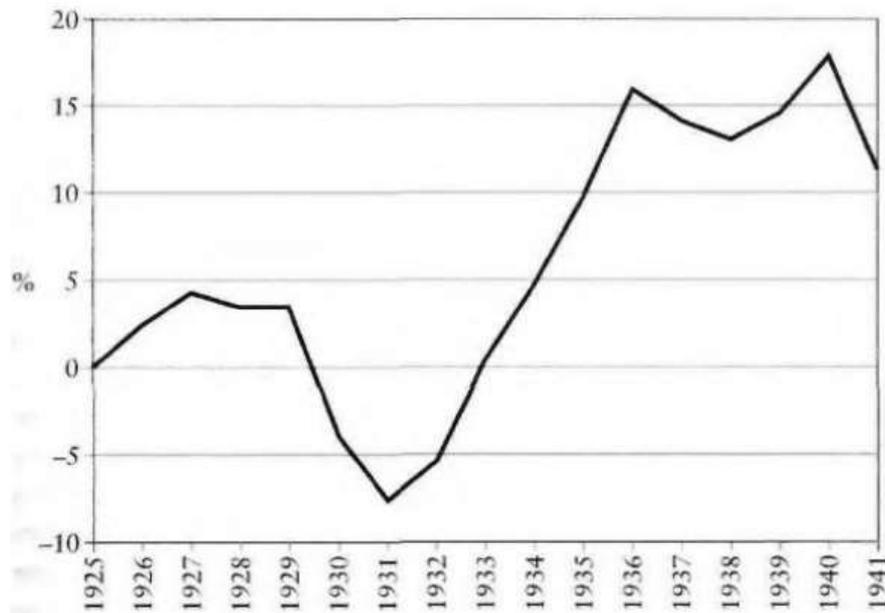
Tabela 2 - Empregos por atividade econômica, 1933/1938  
(milhares de trabalhadores)

	Censo 1933	Censo 1938	Variação	Variação
Trabalhadores rurais	2.494	1.981	-513	-21%
Têxteis e vestuário	2.030	1.701	-329	-16%
Alimentos	1.207	953	-254	-21%
Comércio	2.686	2.494	-192	-7%
Saúde e atividade social	595	494	-101	-17%
Carpintaria	689	623	-66	-10%
Mineração	756	713	-43	-6%
Entretenimento	124	84	-40	-32%
Transporte	983	975	-8	-1%
Água, gás, eletricidade	188	195	7	4%
Papel e impressão	499	521	22	4%
Material de construção	587	632	45	8%
Produtos químicos	353	453	100	28%
Serviço doméstico	1.280	1.438	158	12%
Ferro e aço	1.314	1.533	219	17%
Construção e similares	1.745	2.071	326	19%
Serviço público	725	1.226	501	69%
Engenharia, etc.	1.561	2.307	746	48%

Fonte: adaptado de Tooze (2013, p. 307).

Ao adentrar no debate de longa data sobre o quanto de participação a elite alemã dos negócios teve na determinação da trajetória do Terceiro Reich, Anievas (2014), em consonância com Buchheim e Scherner (2006) e Evans (2018), conclui que, ao menos na questão de política externa, as diretrizes eram dadas por Hitler ou, no mínimo, exigiam seu consentimento. Tooze (2013) também compartilha da visão de que a autoridade legítima advinha do partido, mas ressalta que grandes empresários alemães contribuíram para o estabelecimento do regime ditatorial de Hitler, sendo compensados com medidas que pareciam garantir boas perspectivas de lucro. A legislação trabalhista de 1934 congelou os salários até 1945, aboliu as centrais sindicais e proibiu greves, eliminando todos os mecanismos de barganha coletiva. Além disso, entrou em vigor a cartelização compulsória de empresas do mesmo ramo: até 1936, foram realizados mais de 1,6 mil acordos de cartel que afetavam mais de 65% da indústria (FEIJÓ, 2009). No gráfico 3, é possível observar que de fato ocorreu um acréscimo significativo nos lucros da indústria alemã durante os primeiros anos do regime nazista.

Gráfico 3 - Taxa de retorno do capital na indústria alemã, 1925-1941



Fonte: Tooze (2013, p. 143).

Buchheim e Scherner (2006), ao relatarem que a propriedade privada foi mantida como regra e que não havia planejamento central – o que se alinha com a visão de Pollock (2019) –, concluem que os empresários mantiveram certa autonomia em suas decisões de investimento. Ainda que seja verdadeira a conclusão, vale lembrar que dependiam integralmente de insumos importados para a produção, os quais eram distribuídos “segundo a prioridade nacional” (TOOZE, 2013). Buchheim e Scherner (2006) mencionam que foram feitas poucas nacionalizações de empresas e observam, tal como Bel (2006), uma inclinação maior do regime para uma política de privatizações. Bel (2006) atribui o fenômeno ao aumento das restrições financeiras do governo, situação ligeiramente aliviada pelos recursos adicionais gerados pelo processo de privatizações. O autor aponta que essa política foi adotada principalmente a partir de 1935, quando o déficit público aumentou consideravelmente, sobretudo devido ao projeto armamentista, passando a representar uma parcela maior da renda nacional, como é apresentado na tabela 3.

Tabela 3 - Despesa pública e receita fiscal 1932/33-1936/37  
(bilhões de *reichsmarks*)

Ano Fiscal	(1) Despesa Pública	(2) Receitas Fiscais	(2) - (1)	(1)/(2) %	(3) Renda Nacional	(2)-(1)/(3)   %
1932/33	6,7	6,65	-0,05	100,8%	45,2	0,1%
1933/34	9,7	6,85	-2,85	141,6%	46,5	6,1%
1934/35	12,2	8,22	-3,98	148,4%	52,7	7,6%
1935/36	16,7	9,65	-7,05	173,1%	58,6	12,0%
1936/37	18,8	11,49	-7,31	163,6%	64,9	11,3%

Fonte: adaptado de Bel (2006, p. 21).

A partir de 1936, com o segundo plano quadrienal, a Alemanha iniciou uma nova fase do projeto armamentista, durante a qual o Estado ampliou sua intervenção na economia com o intuito de deixá-la pronta para a guerra em quatro anos. Conforme Feijó (2009), consolidou-se, assim, o sistema de economia de comando ou economia gerenciada, fenômeno também observado por Pollock (2019), como mencionado no capítulo anterior. Da mesma forma, Buchheim e Scherner (2006) relatam que o ano de 1936 marcou a tomada da liderança econômica e militar pelos nazistas. Dentre as medidas de controle adotadas, uma dizia respeito à frágil e determinante situação das divisas estrangeiras: Göring ordenou que “Todos os dólares, francos e libras, todos os gramas de ouro e os demais ativos alemães no exterior deveriam ser colocados à disposição do *reich*.” (TOOZE, 2013, p. 255). Além disso, para evitar a inflação devido à escassez de matérias-primas importadas, estabeleceu-se o congelamento de preços. “O passo lógico seguinte [...] era a introdução do racionamento, gerenciando a escassez mediante distribuição burocrática em vez de processo de mercado.” (TOOZE, 2013, p. 273).

Segundo Tooze (2013), no máximo em 1937, já era evidente que o rearmamento e a “estabilidade econômica convencional” constituíam objetivos contraditórios<sup>23</sup>. Hitler, sendo comunicado por Göring sobre “a completa confusão e incompreensão” dos “homens de negócios burgueses”, reafirma, no memorando do segundo plano quadrienal, a ideia central do *Mein Kampf*: “A essência da política era

<sup>23</sup> De acordo com Tooze (2013), em 1936 – aos olhos do que Arendt (2012) denomina *mundo não totalitário* –, a Alemanha parecia começar uma fase de certa “respeitabilidade”, recebendo inclusive os Jogos Olímpicos daquele ano. As potências ocidentais ofereceram à Alemanha uma proposta de apaziguamento, a qual foi vista pelas “mentes mais convencionais [como] a oportunidade para uma nova conexão com a economia mundial”. A liderança nazista, entretanto, recusou todas as tentativas de reaproximação (TOOZE, 2013, p. 246).

‘a luta histórica das nações pela vida’” (TOOZE, 2013, p. 261). Validando a ocorrência de “certos distúrbios no equilíbrio” da economia em benefício do rearmamento, Hitler (1936 *apud* TOOZE, 2013, p. 261) assevera no documento a subordinação da economia aos propósitos do *reich*:

A nação não vive para a economia, para os líderes econômicos ou para teorias econômicas ou financeiras; ao contrário, as finanças e a economia, os líderes econômicos e as teorias, devem estar incondicionalmente a serviço dessa luta pela autoafirmação de nossa nação.

Assim, em 1936, as forças armadas detinham orçamentos consideravelmente maiores do que Schacht havia autorizado em 1933. Para traduzir em números, 47% do crescimento da produção nacional entre 1935 e 1938 era resultado do aumento dos gastos militares, os quais já representavam 20% da renda nacional em 1938; ainda, as forças armadas responderam por 80% dos bens e serviços comprados pelo Estado em 1938 (TOOZE, 2013). A fala de Göring em 1938 a representantes do Exército, recomendando que não se preocupassem com o futuro da economia, uma vez que seu colapso parcial era “irrelevante”, indica uma situação econômica já precarizada. (TOOZE, 2013, p. 298).

Segundo Couto e Hackl (2007), Schacht pediu demissão do cargo de ministro da economia em 1937 justamente por se opor aos gastos excessivos promovidos por Göring, os quais estariam prejudicando as exportações. Ainda na presidência do *Reichsbank*, Schacht fez, em 1938, suas últimas tentativas de utilizar “[...] argumentos econômicos como alavanca para desviar Hitler do curso que escolhera” (TOOZE, 2013, p. 345). Ao recusar a sugestão do *Führer* de emitir moeda para cobrir os gastos com armamento, mencionando como possíveis consequências o enfraquecimento da moeda e a volta da inflação, Schacht é demitido da presidência do *Reichsbank* em 1939 (COUTO; HACKL, 2007). Os estatutos do banco central alemão foram rapidamente alterados, eliminando-se qualquer empecilho formal para uma criação vista como inflacionária de moeda. Por consequência, a dívida flutuante do *reich* cresceu 80% nos oito primeiros meses de 1939; no início da guerra, o volume de dinheiro em circulação era o dobro daquele de dois anos antes (TOOZE, 2013).

A expansão militar seguiu a receita de Göring: teve seu ritmo determinado não pelos recursos financeiros, mas sim pela disponibilidade de mão de obra e de matérias-primas. Essa determinação era tamanha que, em muitas ocasiões, os insumos disponíveis simplesmente não condiziam com os planos de produção, tornando-os, assim, irrealistas (TOOZE, 2013). O caso mais emblemático era o da escassez de aço, que resultava da baixa importação de minério de ferro e, conforme Evans (2018, p. 185), “[...] tornava ridículo o intuito irracionalmente ambicioso de Hitler de mobilizar uma força aérea de 21 mil aeronaves no início da vinda guerra”, sendo que a frota máxima chegou a cinco mil, em 1944. De 1937 a 1945, “[...] não houve ocasião em que a distribuição de aço, matéria-prima básica da economia industrial, tivesse sido alterada significativamente sem a aprovação pessoal de Hitler” (TOOZE, 2013, p. 286). Em agosto de 1938, mais de 40% da produção alemã de aço era destinada à esfera militar.

O impacto dessa concentração do destino do aço foi especialmente crítico para o sistema ferroviário alemão (*Reichsbahn*), o qual, em 1938, recebeu menos de 50% do aço necessário para a manutenção da infraestrutura existente. Nesse ano, os trens de carga circulavam com avisos de freios defeituosos e “[...] o estado de ruína da rede alemã de ferrovias, anteriormente motivo de orgulho, tornara-se tão grave que começou a suscitar comentários internacionais” (TOOZE, 2013, p. 302). Adotou-se, então, um sistema de racionamento das mercadorias transportadas, no qual se priorizaram as exigências das forças armadas, os alimentos perecíveis e alguns itens de exportação necessários para manter o esforço importador. Devido à diminuição da capacidade de transporte das ferrovias, a economia alemã foi acometida em 1940 – quando a guerra já havia iniciado – por uma paralisação do abastecimento de carvão<sup>24</sup>, insumo responsável pelo suprimento de 90% das necessidades energéticas do país. A interrupção foi tamanha que impactou até mesmo a economia de guerra: “[...] quase 10% das fábricas de armamentos da Alemanha foram prejudicadas pela escassez de carvão” (TOOZE, 2013, p. 392).

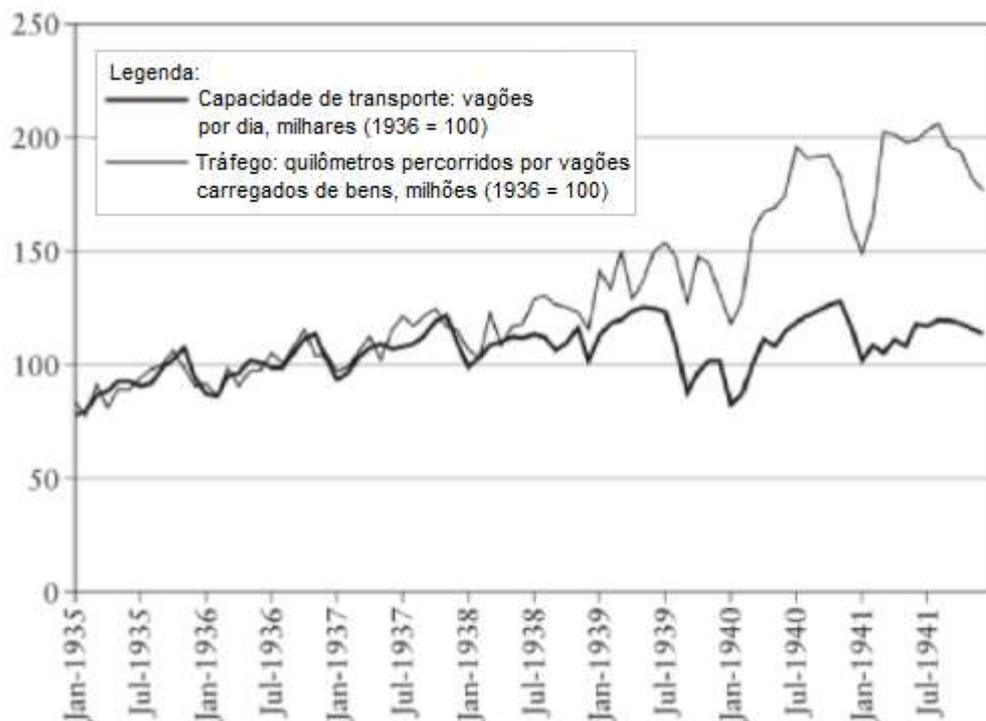
O gráfico 4 ilustra o hiato crescente entre a capacidade de transporte da *Reichsbahn* e o volume de tráfego, indicando superutilização da malha ferroviária. A constatação de que, ainda em “tempo de paz”, os vagões de carga eram repostos a

---

<sup>24</sup> O carvão respondia por mais de 30% da tonelagem diária transportada pelo sistema ferroviário alemão (Tooze, 2013).

uma taxa menor do que a necessária para cobrir o desgaste pelo uso – sofrendo uma redução de 15% entre o final da década de 1920 e 1937 – suscita, por si só, dúvidas sobre o caráter racional do esforço armamentista e sobre a sua possibilidade de continuação no longo prazo. Cabe destacar ainda que a gestão questionável do modal ferroviário se agrava pelo fato de que os vagões de carga, escassos até mesmo para atender o esforço armamentista, foram utilizados também para o transporte dos judeus deportados. Assim, tais problemas relacionados à *Reichsbahn* são indícios da centralidade do fator ideológico nas decisões políticas nazistas (TOOZE, 2013).

Gráfico 4 - A *Reichsbahn* sob pressão



Fonte: Tooze (2013, p. 392).

Em consonância com Tooze (2013, p. 198), para quem o rearmamento representou “uma sangria no padrão de vida alemão”, Evans (2018, p. 337) afirma que a economia alemã estava “em uma situação de guerra muitos anos antes do início da guerra propriamente dita”; para utilizar a expressão de Scherner (2010, p. 443), a economia alemã podia ser considerada como uma “economia de guerra em tempo de paz”. No final da década de 1930, a população alemã era a que pagava mais impostos na Europa e, apesar do pleno emprego, os salários eram, em média, baixos, com mais de 60% do orçamento familiar sendo consumido em gastos com

alimentação, aluguel e contas dos serviços públicos (TOOZE, 2013). A tentativa de Hitler de implantar os chamados “produtos do povo” (*Volksprodukte*, em alemão) – itens de consumo em versões padronizadas – esbarrava no poder de compra real da população<sup>25</sup>. Em 1938, quando, segundo Tooze (2013, p. 302), “[...] a Alemanha enfrentava a pior escassez de habitações de sua história”, todos os novos empréstimos hipotecários foram abolidos, embora os recursos destinados, naquele ano, aos gastos militares fossem “[...] suficientes para custear até mesmo o mais gigantesco programa habitacional” (TOOZE, 2013, p. 199). O rearmamento nessa magnitude, com as forças armadas respondendo por 25% dos insumos essenciais, trazia consequências de longo prazo para a economia alemã. “Centenas de milhares de empregos se tornariam dependentes da atividade militar, o que representava um futuro incerto além do período imediato do rearmamento.” (TOOZE, 2013, p. 249).

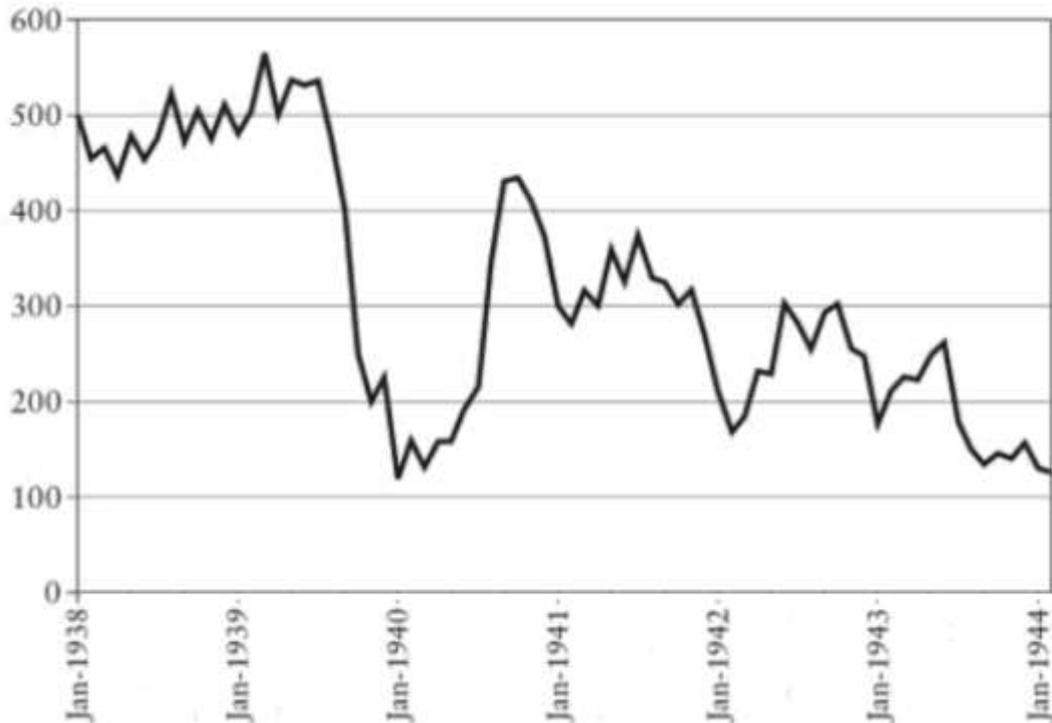
Em 1939, iniciou-se a segunda crise cambial do período nazista, fato que já se anunciava no ano anterior, quando a escassez de divisas obrigou o regime a diminuir o ritmo dos gastos bélicos para priorizar as exportações. Como resultado da situação fragilizada do balanço de pagamentos, a queda drástica nas importações de matérias-primas em 1939, ilustrada no gráfico 5, frustrou ainda mais o projeto armamentista; as forças armadas, por exemplo, receberam apenas 55% da cota de aço que havia sido planejada para o ano. A crise cambial de 1939 é, curiosamente, apontada por Tooze (2013) como um importante motivador para a opção de Hitler pela guerra em setembro de 1939. Em razão da restrição a um novo *boom* na produção de armamentos, e levando em conta tanto a dinâmica da corrida armamentista mundial quanto a premissa nazista da inevitabilidade da guerra, aquele seria, provavelmente, o único momento em que a Alemanha poderia ter vantagens sobre os inimigos. Tudo dependia, portanto, da capacidade de assegurar a vitória “[...] antes que a coalizão anti-alemã pudesse mobilizar todos os seus recursos” (HARRISON, 1988, p. 181, tradução nossa). Embora possa gerar estranheza a decisão da Alemanha de empreender a guerra em um contexto de desestruturação de sua economia, elucida-nos, nesse sentido, a advertência de Evans (2018, p. 267) de que Hitler não agia segundo as regras convencionais da

---

<sup>25</sup> Talvez o caso mais emblemático seja o do “carro do povo”, ou *Volkswagen*, em que era recolhida a poupança dos futuros proprietários do carro. “Nem um só *Volkswagen*, no entanto, foi jamais entregue a um comprador civil no Terceiro Reich.” O valor depositado, 275 milhões de reichsmarks, perdeu-se na inflação do pós-guerra (TOOZE, 2013, p. 192).

diplomacia, as quais “[...] consideravam que seus objetivos fundamentais [seriam] evitar o conflito e solucionar, por meio de negociação, as disputas internacionais”.

Gráfico 5 - Importação de insumos industriais pela Alemanha, jan.1938-jan.1944  
(em milhões de *reichsmarks*, preços de 1928)



Fonte: Tooze (2013, p. 381).

### 3.2 PERÍODO DE GUERRA

Diante da decisão de Hitler de invadir a Polônia em setembro de 1939, iniciando assim a Segunda Guerra, a pergunta suscitada por Scherner (2010, p. 433, tradução nossa) parece inevitável: “O quão bem a economia alemã estava preparada para travar a guerra no final dos anos 1930?”. O questionamento, “objeto de controvérsia” há décadas, segundo o autor, dá ensejo a uma comparação de forças entre os lados combatentes no conflito mundial. Harrison (1988) empreendeu essa análise sob a perspectiva do volume de munições e concluiu que houve uma vantagem inicial para a Alemanha. Como se pode observar na tabela 4, o volume de munições do país em 1939 se igualava ao de seus adversários somados, sendo que os Estados Unidos ainda não haviam entrado na guerra e a Alemanha contava com o apoio do Japão. Porém, a vantagem rapidamente deixou de existir, dado o

aumento drástico na produção por parte dos Aliados. Contrapondo-se, em certa medida, à ideia de vantagem inicial alemã, Tooze (2013, p. 376) alerta que os “diversos episódios de escassez de matérias-primas” teriam impossibilitado a formação de estoques de armamentos e, rapidamente, a Alemanha se viu em uma crise de munições: “O consumo mensal na Polônia fora sete vezes maior do que a produção em setembro de 1939”.

Tabela 4 - Produção de munições durante a Segunda Guerra Mundial (despesas anuais em bilhões de dólares)

	1935-9	1940	1941	1942	1943	1944
Estados Unidos	0,3	1,5	4,5	20,0	38,0	42,0
Reino Unido	0,5	3,5	6,5	9,0	11,0	11,0
União Soviética	1,6	5,0	8,5	11,5	14,0	16,0
Alemanha	2,4	6,0	6,0	8,5	13,5	17,0
Japão	0,4	1,0	2,0	3,0	4,5	6,0

Fonte: adaptado de Harrison (1988, p. 172).

Broadberry e Harrison (2008, p. 9, tradução nossa) dividem a guerra em dois períodos (1939-1942 e 1942-1945) e apontam que o primeiro período, quando “considerações econômicas [foram] menos importantes do que fatores puramente militares”, foi marcado pela liderança do Eixo. O fracasso da Alemanha no segundo período, de acordo com os autores, estaria ligado às suas desvantagens econômicas: em 1942, seus adversários tinham o dobro de população e de produção e 20 vezes o território dos países do Eixo. Para os autores, essas vantagens econômicas tornavam a derrota alemã uma questão de tempo. A tabela 5, que apresenta a desproporção entre os lados combatentes na produção armamentista total, ou seja, considerando todo o período da guerra, aponta para uma vantagem absoluta dos Aliados. Para se ter uma ideia da diferença entre grandezas nos orçamentos destinados à guerra, os Estados Unidos, ao firmar aliança com a Grã-Bretanha e a União Soviética em dezembro de 1941, previam um dispêndio de 150 bilhões de dólares nos dois anos seguintes, valor superior ao que a Alemanha gastaria em armamentos durante todo o conflito (TOOZE, 2013).

Tabela 5 - Equipamentos bélicos produzidos para a Segunda Guerra Mundial  
(razão entre Aliados e Eixo)

armas produzidas	razão Aliados/Eixo
rifles e carabinas	1,9
aviões de combate	2,6
metralhadoras	2,9
armas	2,9
veículos blindados	4,3
morteiros	5,1
grandes embarcações navais	5,2
pistolas automáticas	9,8

Fonte: adaptado de Broadberry e Harrison (2008, p. 17).

Broadberry e Harrison (2008 p. 9, tradução nossa) concluem que a superioridade econômica dos Aliados lhes permitiu “[...] assumir riscos, absorver o custo dos erros, substituir as perdas”. De maneira diametralmente oposta, “[...] o planejamento alemão não previa margem de erro” (TOOZE, 2013, p. 737). Segundo Tooze, a rápida rendição da França teria consolidado a ideia de que o Exército alemão era invencível, premissa que seria utilizada no planejamento militar nazista e teria gerado uma visão irrealista da guerra. “Parecia que os alemães não tinham uma grande estratégia até o final de 1940 porque eles não tinham uma visão realista da guerra que estavam enfrentando”, avalia Scherner (2010, p. 434, tradução nossa).

Essa confiança absoluta da Alemanha na invencibilidade de seu Exército pode ser exemplificada pelos desdobramentos da Operação Barbarossa, a invasão da União Soviética em junho de 1941. Com base na “presunção de êxito militar imediato”, os nazistas já contabilizavam em seu programa de combustível aeronáutico de 1942 o petróleo que seria disponibilizado pelos campos petrolíferos do Cáucaso, os quais se situavam a dois mil quilômetros da fronteira da União Soviética (TOOZE, 2013, p. 516). A conquista desses campos “[...] não foi tratada como o tremendo empreendimento industrial-militar que realmente era, e sim inserida como condição para a realização de outro gigantesco plano industrial”, qual seja, a preparação para o conflito aéreo contra a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (TOOZE, 2013, p. 507). Vale mencionar que, durante a guerra, em nenhum

momento a Alemanha estabeleceu superioridade naval ou aérea em relação à Grã-Bretanha. Ao contrário da expectativa nazista, a resistência do Exército Vermelho russo estendeu longamente o conflito, que, segundo Tooze, teria sido o principal responsável pelo desgaste do Exército alemão<sup>26</sup>.

Com o início da guerra, intensificou-se o processo de deterioração da economia alemã. “Tanto em termos econômicos quanto militares, a Alemanha nazista seguia rumo à bancarrota”, observa Tooze (2013, p. 395). Apresentando alguns dados que ilustram esse contexto de declínio, o autor aponta que, em 1940, passou de 20% para 30% a parcela da renda nacional destinada às forças armadas, as quais já recebiam 55% da produção mensal de aço, à custa de cortes drásticos em outras áreas dependentes do insumo. Também a brusca diminuição do ferro disponível para consumo civil, passando para 25% do montante pré-guerra, gerou, já no primeiro inverno da guerra, uma escassez de produtos essenciais como fogões e aquecedores. A situação do balanço de pagamentos, termômetro para o esforço armamentista, estava fragilizada, com as reservas em dólares da Alemanha não chegando a 700 milhões, enquanto as reservas da Grã-Bretanha e França eram estimadas em 7,37 bilhões; a contínua queda na importação de matérias-primas, iniciada em 1939 – e ilustrada no gráfico 5 – levou o país a importar, em março de 1940, menos de um terço do que importava em 1932, no auge da Grande Depressão (TOOZE, 2013).

Enquanto os “benefícios decorrentes da vitória final da Alemanha” – anunciados diversas vezes por Hitler em 1940 – não eram possíveis, as prioridades para a população alemã eram bastante claras: “[...] assegurar o abastecimento de alimentos e proteger a Alemanha contra ataques aéreos” (TOOZE, 2013, p. 485). É interessante vislumbrar quando se daria, caso fosse possível, a tal “vitória final da Alemanha”, já que Hitler dizia que, “[...] após a conquista de *Lebensraum* no leste, a Alemanha estaria pronta para uma ‘guerra contra continentes’” (TOOZE, 2013, p. 478). A afirmação referia-se aos Estados Unidos, cujo então presidente, Franklin Roosevelt, vinha sendo pintado explicitamente na Alemanha, desde janeiro de 1939, como um dos principais expoentes da “conspiração judaica mundial”. “O

---

<sup>26</sup> Cabe aqui o apontamento feito por Tooze (2013, p. 543) de que, devido à “[...] frustração da Operação Barbarossa como projeto militar, o número de vítimas do Holocausto foi de quase 6 milhões e não os 11,3 milhões calculados” anteriormente pelo regime.

antisemitismo perpassava em todos os aspectos da avaliação estratégica alemã” (TOOZE, 2013, p. 460).

Entre as diversas disfunções econômicas suscitadas ou agravadas pelo início da guerra, uma das mais significativas foi a escassez de mão de obra, fator que surgiria, de acordo com Tooze (2013, p. 406), “como limitante crítico da economia alemã de guerra”. A agricultura, que já vinha sofrendo com a falta de mão de obra desde 1938, foi o setor que apresentou problemas de forma mais imediata, com a redução compulsória da produção de alimentos que exigiam muitos trabalhadores, como batatas e outras raízes. Em meados de 1941, 85% dos jovens entre 20 e 30 anos estavam nas forças armadas e a média mensal de baixas na frente oriental era de 60 mil alemães, fatores que levaram o regime nazista a convocar homens de meia-idade para a guerra. Tooze (2013, p. 409) alerta que o dilema nazista deixou de ser o de empregar pessoas na esfera civil ou militar: “A escolha era entre recrutar homens para as forças armadas ou deixá-los nas fábricas produzindo o necessário para a guerra”. Exemplo emblemático dessa situação é o episódio de 1942 em que as forças armadas incluíram no recrutamento ao menos “[...] 200 mil homens retirados das fábricas de armamento” (TOOZE, 2013, p. 572). Harrison (1988) também observa que a desproporção entre soldados, empregados da indústria de guerra e trabalhadores da esfera civil era tamanha que tornava a economia de guerra alemã insustentável – ao contrário do que ocorria no Reino Unido, onde para cada soldado havia um trabalhador na indústria de defesa e dois na esfera civil.

Tooze (2013) aponta que foi devido aos problemas relacionados à insuficiência da força de trabalho que o regime nazista começou a utilizar mão de obra estrangeira, incluindo os prisioneiros dos campos de concentração. Herbert (2000, p. 192, tradução nossa) afirma que essa solução era constituída pela “[...] contradição entre o interesse econômico em explorar o maior número de estrangeiros possível e os princípios ideológicos do Nacional Socialismo”, os quais buscavam proteger a população do “sangue estrangeiro”; essa contradição teria gerado um “rígido sistema racista hierárquico para o tratamento de trabalhadores forçados”. O fenômeno também foi observado por Fleischhacker e Spoerer (2002, p. 171, tradução nossa), que, caracterizando esse sistema como um “híbrido de preconceito racial e consideração política”, apontam que a base dessa hierarquia – formada por poloneses, cidadãos soviéticos, ciganos e judeus – só não foi completa

e imediatamente destruída em razão da necessidade premente de mão de obra. Conforme Arendt (2012, p. 595), foi essa crise que propiciou a “[...] transformação temporária dos campos de concentração em campos de trabalho forçado”.

Herbert (2000) adverte que a economia alemã teria colapsado no máximo em 1942 caso não utilizasse mão de obra estrangeira, a qual já representava 25% da força de trabalho alemã em 1944. Cabe mencionar, porém, a constatação feita por Tooze (2013, p. 594) de que os prisioneiros dos campos de concentração constituíam não um estoque de mão de obra, mas sim um fluxo, com a mortalidade em 1942 sendo tão elevada que a administração econômica dos campos foi “[...] incapaz de preencher [suas] metas de população escrava”. Em consonância com Arendt (1999), o autor aponta ainda que apenas parte das vítimas trabalhou para o *reich*, com o restante sendo destinado ao “extermínio imediato”. Em Auschwitz<sup>27</sup>, por exemplo, “cerca de 25% de cada carregamento” era selecionado para o trabalho (ARENDR, 1999, p. 105). Essa parcela é ainda mais baixa quando considerada apenas a população judia: 900 mil judeus dos 1,1 milhão deportados para Auschwitz entre 1941 e 1945 foram mortos imediatamente (TOOZE, 2013). Vale mencionar ainda que a maioria dos internos trabalhava em atividades relacionadas à manutenção do próprio campo de concentração. Assim, “[...] os imperativos ideológicos eram claramente dominantes, porém sujeitos a ajustes pragmáticos quando as circunstâncias os tornavam necessários” (TOOZE, 2013, p. 588). Ao identificar que os nazistas optaram pela morte de milhões de “inimigos raciais”, muitas vezes sem atentar para a sua “utilidade para a economia de guerra”, Tooze (2013, p. 583) conclui que, para o regime, “[...] as considerações econômicas tinham importância secundária [e] a primazia dos aspectos políticos era absoluta”.

Em setembro de 1941, conforme Tooze (2013), o *Reichsbank* apresentou alguns dados sobre a crítica situação da moeda alemã, com o intuito de suscitar alguma medida resolutiva por parte da liderança nazista: enquanto o suprimento de bens de consumo havia reduzido à metade, a quantidade de moeda em circulação havia dobrado, com um crescimento de 10,9% entre abril e agosto daquele ano; o mercado negro e o escambo já haviam sido adotados pela população, e o país corria sérios riscos de cair em uma grave inflação, nos moldes da década de 1920. A

---

<sup>27</sup> Auschwitz foi “o maior e mais famoso dos campos de extermínio”, chegando a ter mais de 100 mil prisioneiros (ARENDR, 1999, p. 105).

relação entre a indústria alemã e as autoridades do setor de armamentos também se vinha deteriorando, devido, entre outras medidas, ao aumento dos impostos sobre lucros e rendimentos, que passaram de 40% para 50% em meados de 1941 e para 55% em janeiro de 1942. Além disso, decretou-se a redução de 20% nas taxas de lucros permitidos para a indústria, a fim de diminuir os preços dos armamentos adquiridos pelo *reich*.

A situação socioeconômica do país se agrava ainda mais em abril de 1942, quando o Ministério da Alimentação anuncia uma série de cortes das rações de alimentos para a população. A medida foi recebida com bastante preocupação pela sociedade civil, já que os cortes, “[...] em vigor desde o início da guerra, tinham causado grave impacto nas reservas de gordura corporal da população” (TOOZE, 2013, p. 603). Como era de se esperar, a redução nos alimentos foi mais dramática para os trabalhadores estrangeiros, com casos diários de pessoas que desmaiavam em frente às suas máquinas devido à “dieta de lenta inanição”. Após a crise alimentar de 1942, foi decretado que o Exército deixaria de receber entregas de alimentos, passando a depender dos territórios conquistados. Além disso, as exigências de alimentos feitas pelo regime nazista aos territórios sob seu domínio se tornaram tão extremas que parte da população desses territórios – a começar pelos judeus – foi imediatamente excluída das rações de pão. Assim, a política alimentar esteve cada vez mais associada ao genocídio racial (TOOZE, 2013).

Todos esses drásticos impactos não vinham sendo compensados por maiores chances de vencer o conflito mundial, considerando que a escassez de matérias-primas, principalmente o carvão e o aço, tornavam “absurdos os gigantescos planos de expansão” para a indústria bélica (TOOZE, 2013, p. 555). A Força Aérea alemã, por exemplo, em 1941, poucas semanas após a comunicação de um grande programa de produção de aeronaves, foi obrigada a resignar-se com a mera substituição dos aviões destruídos nos dois meses anteriores, uma vez que o plano inicial não apresentava correspondência física em insumos. A escassez de combustível também ameaçava de modo crítico a mobilidade do Exército. Segundo Evans (2018, p. 327), a Alemanha, durante toda a guerra “[...] nunca teve mais do que 1 milhão de toneladas em reservas de petróleo, ao passo que a Inglaterra tinha 10 milhões em 1942 e mais de 20 milhões dois anos depois”. Além disso, a União

Soviética, em 1942, superou “a Alemanha na produção de praticamente todos os armamentos” (TOOZE, 2013, p. 651).

Em 1942, conforme Tooze (2013), todos aqueles que lidavam com a administração da economia de guerra haviam concluído que seria impossível vencer o conflito, sendo que importantes generais já concordavam que a conduta racional da liderança alemã, à luz do fracasso na frente oriental, seria buscar um desfecho político. O autor (2013, p. 651) aponta ainda que um desses generais teria enviado um memorando a Hitler, solicitando “[...] um fim negociado para a guerra como única forma de salvar a Alemanha do desastre”. Entretanto, o contexto de declínio alemão e o posicionamento das lideranças do Exército não demoveram Hitler de continuar a guerra. O *Führer*, aliás, já sinalizara sua obstinação em discurso proferido no início daquele ano: “Se o povo alemão não estiver preparado para se empenhar integralmente na luta por sua sobrevivência, muito bem; nesse caso, deverá desaparecer!” (HITLER, 1942 *apud* TOOZE, 2013, p. 561). Como apontado por Evans (2018, p. 360), Hitler não enfrentava uma guerra de objetivos racionais, não havendo meio-termo: “ou a Alemanha alcançava a hegemonia global ou afundaria”.

Em reação ao abalo na frente oriental, Albert Speer, figura de confiança de Hitler, é nomeado para o cargo de ministro de Armamentos do *reich* em fevereiro de 1942, quando ficaria famoso por seu “milagre armamentista”. Tooze (2013, p. 617) adverte que o aumento na produção de equipamentos bélicos, embora real, foi “muito menos excepcional do que comumente se acredita”. Speer manipulava as estatísticas para que a produção parecesse maior, com o “milagre” desempenhando, principalmente, papel propagandístico. Segundo Tooze (2013), à medida que a situação militar alemã se aproximava do colapso, as promessas de armas milagrosas ganhavam mais espaço na propaganda política. O caso que melhor ilustra “a crescente falta de realismo da propaganda de armamentos” é o do submarino Mark XXI, que, para ser apresentado ao público no aniversário de Hitler, foi produzido às pressas, sem a realização dos devidos testes. Apresentando graves infiltrações, o submarino teve então de ser rebocado assim que a plateia se dispersou (TOOZE, 2013, p. 678).

Em 1943, o território ocupado pelos nazistas encarava “[...] uma onda inflacionária que trazia consigo uma crescente desorganização e colapso da

produção” (TOOZE, 2013, p. 711). A espoliação alemã foi tão intensa que os recursos fornecidos pelos territórios ocupados tiveram importância, basicamente, por possibilitar o prolongamento da guerra. Na Grécia, por exemplo, em meados de 1942, o índice de preços havia aumentado mais de 340%. Outro país sob domínio nazista que enfrentou a desintegração econômica foi a França, com as exigências alemãs representando, em 1943, 50% da renda nacional francesa (TOOZE, 2013).

Para além da utilização de recursos oriundos das áreas ocupadas, os gastos bélicos financiados por recursos internos já representavam, em 1943, 60% da renda nacional alemã (HARRISON, 1988). Mesmo com esse grau de mobilização, a superioridade material dos Aliados era esmagadora, o que impossibilitava a propaganda armamentista de Speer de seguir ocultando da população a perspectiva de derrota. Com isso, uma onda de abatimento se instalou, sendo reprimida pelo regime nazista com a intensificação da violência: “[...] os tribunais já proferiam sentenças de morte contra alemães por derrotismo e sabotagem à razão de 100 por semana” (TOOZE, 2013, p. 668). Ninguém estava imune à sentença; exemplo disso é o fato de que, em meados de 1943, dois gerentes do Deutsche Bank foram mortos por terem feito “observações derrotistas”.

Tooze (2013) aponta que, no início de 1944, a Força Aérea alemã foi praticamente dizimada: as principais fábricas de aeronaves foram bombardeadas e os aviões de combate eram derrubados a taxas drásticas (43% em abril, 50% em maio e junho). Em meados de 1944, perdendo a batalha na frente oriental, o Exército alemão já havia recuado até o ponto de partida de 1941. Segundo Tooze (2013), as perdas territoriais nesse ano – Ucrânia e Turquia – encerraram em definitivo a possibilidade de continuação do esforço armamentista. O colapso não se apresentava apenas no campo de batalha, visto que “[...] em 1944, a desintegração da economia de guerra alemã, a partir de seu interior, já não podia ser encoberta” (TOOZE, 2013, p. 710). O mercado negro já supria 10% do consumo familiar, e a quantidade de moeda em circulação expandiu-se 80% entre setembro de 1944 e abril de 1945.

Mesmo diante do contexto de perda iminente, qualquer período de estagnação no avanço inimigo ainda era suficiente para o regime de Hitler “[...] recuperar a confiança e se convencer, repetidas vezes, de que não estava tudo

perdido” (TOOZE, 2013, p. 720). Exemplo disso é o episódio de março de 1945 quando Speer, reconhecendo que o colapso econômico era então inevitável, pondera que seria possível “[...] o prosseguimento da produção de armamentos por mais oito semanas” (TOOZE, 2013, p. 722). Na última reunião de negócios entre Hitler e Speer, em março de 1945, o *Führer* teria insistido na ideia de “[...] elevar a resistência ao limite máximo” (TOOZE, 2013, p. 723).

Tooze (2013, p. 722) alerta que não se deve minimizar “as consequências desse tipo de raciocínio por parte da liderança política do Terceiro Reich”, já que as últimas batalhas foram as mais sangrentas da guerra: em 1944, 1,8 milhão de soldados alemães morreram, contra 1,4 milhão nos primeiros cinco meses de 1945, números que não contabilizam vítimas civis de bombardeios aliados. Quando os Estados Unidos e a União Soviética já haviam entrado em território alemão, ou seja, quando a derrota era inescapável, Hitler ordena, em 19 de março de 1945, o Decreto Nero, o qual destruiria toda a infraestrutura restante da Alemanha e dos territórios ocupados – medida que acabou não sendo acatada por seus comandantes (EVANS, 2018).

#### 4 UTILITARISMO: PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA NAZISTA

Em sua obra sobre as várias vertentes do *utilitarismo*, Tim Mulgan (2014) afirma que, conquanto as primeiras ideias relacionadas a essa doutrina datem da Grécia Antiga, foi apenas no final do século XVIII que ganharam contornos de escola filosófica. Entre os primeiros utilitaristas – os chamados utilitaristas clássicos – os mais conhecidos são Jeremy Bentham, considerado o pai do utilitarismo, e John Stuart Mill, discípulo do primeiro.

Bentham (1984, p. 3), em seu conhecido texto *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, publicado em 1789, elucida o que entende como um princípio da ação humana: “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a dor e o prazer [que] nos governam em tudo o que fazemos”. Todas as ações humanas seriam, assim, precedidas por uma ponderação de suas possíveis consequências, ou por um cálculo racional de prazer versus dor, sempre com o objetivo de maximizar o prazer. Vale o alerta de que Bentham (1984) utiliza os dois termos como opostos binários, que sintetizam dois grandes blocos de noções: o prazer, por exemplo, serve aqui como sinônimo de vantagem, bem, felicidade, conveniência e assim por diante, ao passo que a dor carrega os significados de dano, mal, infelicidade, prejuízo etc. Em linguagem economicista, como apontado por Chiappin e Leister (2018) e Correa (2012), o binômio é substituído pelos termos custo e benefício.

Com base em sua hipótese sobre o que governa a conduta humana, Bentham (1984, p. 4) define utilidade como aquela propriedade da ação que tende a produzir prazer ou reduzir a dor:

Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade.

Por entender que o termo utilidade pudesse não captar os sentidos de dor e prazer com tanta clareza quanto o termo felicidade, Bentham (1984, p. 3) utiliza a expressão “o princípio da maior felicidade” como sinônimo para o princípio da utilidade:

[...] o princípio que estabelece a maior felicidade de todos aqueles cujo interesse está em jogo, como sendo a justa e adequada finalidade da ação humana, e até a única finalidade justa, adequada e universalmente desejável; da ação humana, digo, em qualquer situação ou estado de vida, sobretudo na condição de um funcionário ou grupo de funcionários que exercem os poderes do governo.

Como observado por Mulgan (2014, p. 7), o princípio da maior felicidade de Bentham tem caráter principalmente descritivo no caso de indivíduos e normativo no caso do governo: “A ideia utilitarista central consiste em que a moralidade e a política estão (e devem estar) centralmente preocupadas com a promoção da felicidade”. Assim, para Bentham (1984), o legislador deveria pautar a noção de felicidade estritamente nas preferências dos indivíduos, tornando efetivas apenas as políticas públicas que, passando pelo cálculo prévio de suas consequências, apresentassem um saldo positivo para o lado do prazer. Vale mencionar que nesse cálculo todos os indivíduos seriam considerados igualmente, sem discriminação. Bentham (1984, p. 19) conclui então que, sendo as consequências de qualquer ação “necessariamente infinitas”, caberia ao legislador ocupar-se das implicações materiais. É conveniente citar a observação feita por Mulgan (2014, p. 24) de que Bentham, por motivos utilitários, era defensor do livre mercado: ao considerar que os indivíduos eram “os melhores juízes de seus próprios interesses”, a liberdade teria, assim, um maior potencial de criação de prazer.

John Stuart Mill (2014, p. 99), em sua obra *Utilitarismo*, publicada em 1861, reafirma algumas formulações de Bentham: o princípio da máxima felicidade; a noção de que “[...] o prazer e a isenção de dor são as únicas coisas desejáveis como fins”; a ideia de que a racionalidade teria como fim a busca por felicidade (ou utilidade), a qual seria a única regra diretiva para o comportamento humano. Além disso, ao tentar provar empiricamente o princípio de utilidade, Mill (2014) estabelece um paralelo entre esse princípio e a moralidade costumeira. Em outros termos, de acordo com Mulgan (2014), Mill teria observado que as ações tomadas com base em cálculos pessoais de consequências – ou seja, com base em cálculos utilitários – na verdade coincidem com a moralidade costumeira, concluindo que o agir conforme o princípio de utilidade constituiria de fato um padrão de comportamento humano. Arendt (2008, p. 269) sugere algo parecido quando menciona que nosso senso comum é “formado no pensamento utilitário”.

É possível observar a visão utilitarista de Mill aplicada à esfera econômica em seu ensaio *Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*. Mill (1984, p. 304) considera que o campo de análise da economia política deveria ficar restrito aos fenômenos decorrentes da busca por riqueza, limitando-se “[...] ao homem somente enquanto um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter aquele fim”. Note-se aqui que o autor substitui o termo prazer pelo termo riqueza e faz alusão ao processo racional. Mill (1984, p. 305) ainda sugere que a economia política deveria empreender suas investigações “[...] sob a suposição de que o homem é um ser que é determinado, pela necessidade de sua natureza, a preferir uma maior porção de riqueza ao invés de uma menor em todos os casos”. É interessante perceber na recomendação de Mill uma noção que, conforme Hunt e Lautzenheiser (2013), estaria presente em toda a teoria de base utilitarista subsequente: o indivíduo maximizador de utilidade – ou, nesse caso, de riqueza.

Segundo Mulgan (2014), Henry Sidgwick foi o último dos grandes utilitaristas clássicos e, assim como seus antecessores Bentham e Stuart Mill, definiu-se como um hedonista<sup>28</sup>. Adotou alguns postulados utilitários já consolidados, como o princípio da máxima felicidade, e, tal como Mill, enfatizou “[...] a compatibilidade do utilitarismo com a moralidade do senso comum” (MULGAN, 2014, p. 51). Vale salientar a distinção que Sidgwick (2000) propõe entre o “hedonismo universalista” (utilitarismo) e o “hedonismo egoísta” (egoísmo), os quais não coincidiriam e até poderiam representar orientações contraditórias, embora ambos estivessem dentro do campo da razão. Enquanto o primeiro observaria a felicidade de todos, indistintamente, como o fim último das ações, o segundo colocaria em destaque a felicidade do próprio agente. Assim, conforme Mulgan (2014), Sidgwick teria encontrado um dualismo da razão prática, por um lado defendendo o utilitarismo como o padrão correto de comportamento em sociedade e, por outro, reconhecendo que priorizar os próprios interesses é não apenas uma atitude natural, mas também racional. Mulgan (2014, p. 60) complementa o raciocínio de Sidgwick ao mencionar que a busca pelos próprios interesses é “[...] central à própria ideia de racionalidade”.

---

<sup>28</sup> O hedonismo é uma teoria que afirma que a felicidade consiste no prazer (MULGAN, 2014).

É importante frisar que essa distinção proposta por Sidgwick (2000) entre utilitarismo e egoísmo – que confere certa noção de altruísmo ao primeiro termo – não é adotada pela corrente principal da teoria econômica, a qual, na verdade, emprega ambos os termos com significados convergentes. Assim, com base nessa perspectiva, não há contradição na expressão “utilitarismo egoísta” utilizada por Hunt e Lautzenheiser (2013), que descrevem o utilitarismo justamente como a doutrina filosófica desenvolvida a partir da premissa de que a natureza humana é egoísta.

De acordo com Hunt e Lautzenheiser (2013), a doutrina utilitarista se tornaria basilar para a ciência econômica a partir da década de 1870, com a chamada Revolução Marginalista e a consolidação de sua nova abordagem<sup>29</sup> para a teoria do valor na economia, cujo fundamento se torna, então, a “utilidade marginal”.<sup>30</sup> Conforme os autores (2013), o período marcaria o início da utilização de formulações matemáticas nas teorias econômicas. William Jevons (1996, p. 16), um dos principais expoentes dessa revolução, afirma que as ideias de Bentham constituiriam o ponto de partida de sua teoria, a qual, portanto, trataria “[...] a Economia como um cálculo do prazer e do sofrimento”. Em sua obra *A teoria da economia política*, publicada em 1871, o autor (1996, p. 59) propõe expandir para a ciência econômica o padrão de racionalidade do indivíduo baseado no princípio de utilidade, definindo o objeto da Economia como “[...] a maximização da felicidade por meio de aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento”.

Como ressaltado por Bentham (1984), a escolha racional – que avalia montantes de prazer e sofrimento e indica a alternativa que maximiza a utilidade – pressupõe uma estimativa de prazer e sofrimento enquanto quantidades. Jevons (1996) explora esse tópico apresentando alguns fatores<sup>31</sup> que determinam essas

---

<sup>29</sup> Os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo e seu principal crítico, Karl Marx, são adeptos da teoria do valor-trabalho, a qual considera que o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho necessário para a sua produção (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013).

<sup>30</sup> A partir do conceito de utilidade marginal, isto é, a utilidade acrescida com a última unidade de determinada mercadoria, Jevons (1996) resolveu o conhecido paradoxo da água e do diamante de Adam Smith: se o valor de troca de um bem é determinado pela sua utilidade, como explicar que a água, um dos bens mais úteis à humanidade, tenha o seu valor de troca tão inferior ao do diamante? Jevons (1996) explicaria que não é a utilidade total, mas a utilidade marginal – ou, como chamou em sua obra, “grau final de utilidade” – que definia o valor de troca das mercadorias.

<sup>31</sup> Para uma melhor explicação desses fatores, ver Bentham (1984, p. 16-18) e Jevons (1996, p. 63-64).

grandezas, como, por exemplo, a incerteza inerente aos eventos futuros. Utilizando a expressão “sentimento antecipado”, Jevons (1996, p. 66) aponta que as sensações de prazer e sofrimento não dependem apenas de contingências reais do momento, mas também da antecipação de eventos futuros. Assim se daria, por exemplo, segundo o autor, com a formação de estoques e o incentivo à poupança. Levando em conta, pois, tanto a existência desse “sentimento antecipado” como a indeterminação do futuro, a racionalidade atribuiria pesos aos sentimentos de modo proporcional à probabilidade de ocorrência de cada evento. Portanto, Jevons (1996, p. 68) conclui que não se deve “[...] jamais estimar o valor daquilo que pode ou não ocorrer como se fosse acontecer realmente”.

Conforme Hunt e Lautzenheiser (2013), a caracterização de Bentham acerca da natureza humana – autointeressada e racional maximizadora de utilidade – seria tomada como pressuposto na elaboração da teoria econômica neoclássica. Alfred Marshall (1996, p. 105), considerado o principal sistematizador dessa teoria, afirma que a ciência econômica “[...] não é senão a aplicação do senso comum ajudado pelos procedimentos organizados da análise e do raciocínio abstrato”. Além disso, a noção de maximização, ampliada de motivação individual para motivação central da economia como um todo, acabou por consolidar a extensão do princípio de utilidade à chamada análise econômica, que, sucintamente, avalia custos e benefícios com o objetivo de maximizar lucros (CHIAPPIN; LEISTER, 2018). Nesta mesma linha de esclarecimentos, Max Weber (2004, p. 67) afirma que “[...] o motivo fundamental da economia moderna como um todo é o ‘racionalismo econômico’”.

Assim, identificada a relação intrínseca entre a racionalidade econômica e o utilitarismo, vale, por fim, mencionar algumas medidas apontadas por Weber (2000, p. 42) como “típicas da gestão econômica racional”:

- Distribuição planejada das utilidades (ou recursos) entre o presente e futuro, com a formação de poupança.
- Distribuição planejada dos recursos entre diferentes alternativas conforme a importância estimada de cada uma, ou seja, como apontado pelo autor, conforme a utilidade marginal.
- Abastecimento planejado em amplo sentido, o que inclui, por exemplo, os serviços de transporte.

Tendo sistematizado o conteúdo principal do utilitarismo, retornamos agora ao tema da economia nazista a fim de apontar as incompatibilidades entre essa doutrina e o Terceiro Reich, as quais transbordaram, inevitavelmente, para a esfera econômica (ARENDETT, 2012). Ao passo que o utilitarismo reputa racional a ação que visa maximizar a “utilidade” em seu amplo sentido – assim buscando grosso modo o desenvolvimento econômico – a ideologia nazista prioriza fundamentalmente a preparação para a suposta guerra eterna entre as raças.

#### 4.1 BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA NAZISTA À LUZ DO CONCEITO DE UTILITARISMO

A política econômica nazista, apresentada no capítulo “Investigação sobre a economia nazista”, quando contraposta à explanação sobre o utilitarismo apresentada acima, parece desafiar a doutrina utilitarista por diferentes perspectivas. Diante do utilitarismo clássico, que preconiza a maior felicidade para o maior número de pessoas, a infração mais óbvia do nazismo seria a distinção adotada pelo regime em relação aos indivíduos, discriminando as populações judaica, cigana e polonesa, entre outras. Levando em conta, conforme Bentham (1984, p. 3), que essa máxima utilitária se refere a “todos aqueles cujo interesse está em jogo” e considerando nesse cômputo, então, apenas a população alemã, vale lembrar que o padrão de vida no país iniciou uma trajetória declinante já antes do início da guerra (EVANS, 2018; SCHERNER, 2010; TOOZE, 2013). É interessante mencionar aqui a observação feita por Orwell (2017, p. 30) de que o slogan “Maior felicidade para um número maior [de pessoas]” certamente não foi o adotado pela liderança nazista.

Poder-se-ia argumentar sobre esse aspecto que o regime nazista planejava em seu *Generalplan Ost* um futuro promissor para a população alemã, que seria concretizado, em princípio, com o fim da guerra mundial (TOOZE, 2013). No entanto, com base em Jevons (1996), jamais deveriam ser estimados como certos os acontecimentos que podem ou não vir a acontecer. Assim, ao invés de tomar a vitória no conflito como pressuposto – noção aparentemente compartilhada em algum nível entre os membros da cúpula nazista –, uma análise utilitária da situação deveria considerar as reais chances de a Alemanha vencer o conflito mundial. Nesse sentido, segundo Broadberry e Harrison (2008), o Eixo apresentou de fato alguma vantagem inicial, que perdurou no máximo até 1942, quando a superioridade

material dos Aliados se tornou evidente. Vale lembrar que, de acordo com Tooze (2013), a realidade não demoveu Hitler de seus objetivos, uma vez que o “milagre armamentista de Speer” ocorreu após 1942, quando o resultado da guerra já estava em grande medida definido. Dessa forma, é bastante ilustrativa a definição de Arendt (2012) do ano de 1942 como o marco a partir do qual se deu a prevalência inequívoca das normas totalitárias sobre qualquer ponderação de ordem econômica. Pois, se não há mais chances de vencer o conflito, a decisão de continuá-lo, encaminhando a Alemanha para o completo desastre, não pode ser explicada sob parâmetros utilitários. Em relação a esse aspecto, referindo-se à série de derrotas alemãs na frente oriental, Evans (2018, p. 333) fez a seguinte observação:

Esses desdobramentos lançaram dúvidas sobre a racionalidade de todo o esforço de guerra do Eixo. Pois, no fim das contas, em qualquer guerra o sucesso e o fracasso devem ser medidos pelos objetivos com que os beligerantes entram no conflito, e esses objetivos precisam ser realistas para que haja alguma chance de sucesso. [...] Os objetivos de Hitler eram ilimitados.

Uma segunda perspectiva pela qual a economia nazista parece contrapor-se aos princípios utilitários é aquela que diz respeito ao utilitarismo restrito à noção de maximização de resultado, ou, em outros termos, ao utilitarismo enquanto sinônimo de racionalidade econômica. Em relação a essa perspectiva, tal como Tooze (2013, p. 335), para quem o regime nazista colocava em segundo plano a “estabilidade econômica convencional”, Arendt (2012, p. 570) salienta o “desprezo geral dos regimes totalitários pelos assuntos econômicos e financeiros”. Ainda que os anos iniciais<sup>32</sup> do regime nazista pudessem ser avaliados, em alguma medida, como racionais e utilitários, cabe recordar do processo contínuo de radicalização apontado por Arendt (2012). Assim, conquistas como a estabilidade da moeda e o controle do balanço de pagamentos – além do fim do desemprego, decorrente, conforme Evans (2018), do alistamento militar obrigatório – não parecem ter sido objetivos finais do regime nazista, mas sim meios para a continuidade do esforço armamentista.

Assim, a “irracionalidade do regime de Hitler”, para utilizar a expressão de Tooze (2013, p. 183), pode ser também identificada no confronto com as medidas apresentadas por Weber (2000) como típicas de uma gestão econômica racional, listadas anteriormente. Conquanto o próprio Weber (2000, p. 67) advirta que a

---

<sup>32</sup> Esse período corresponde ao Primeiro plano quadrienal, quando, conforme Couto e Hackl (2007), Schacht dispunha de certa autonomia na esfera econômica.

racionalidade em uma economia de guerra é constituída por parâmetros menos rígidos, dado o estabelecimento da “economia de bancarrota”, deve-se destacar que a política econômica nazista não atendia essas medidas mesmo antes do início do conflito mundial. A deterioração do modal ferroviário já em 1938, que, além de apresentar problemas de abastecimento de insumos e de transporte de passageiros, foi utilizado para o transporte dos judeus deportados, constitui um exemplo crasso dessa irracionalidade econômica. Para citar outro exemplo, os fertilizantes à base de nitrogênio, necessários para a agricultura, foram desviados, entre 1943 e 1944, para a produção de explosivos, resultando em quedas drásticas nas colheitas, embora sem impactar no resultado final da guerra (TOOZE, 2013).

A irracionalidade econômica do regime nazista também pode ser depreendida do fato de que seus planos de produção de equipamentos bélicos eram bastante irrealistas, já que não consideravam em seus cálculos as reais disponibilidades de insumos necessários para a produção (TOOZE, 2013). Além disso, podem-se citar como exemplos as necessidades básicas da população alemã deixadas em segundo plano em decorrência da prioridade do rearmamento: o racionamento de alguns alimentos foi adotado já em 1935; a abolição de novos empréstimos hipotecários adotada a partir de 1938, justamente quando o país enfrentava sua pior crise habitacional. Os setores de bens de consumo, de maneira geral, perderam a prioridade nas escassas importações, e a parcela crescente da economia destinada aos setores bélicos, com prejuízo para a esfera civil e para os países ocupados, colocou o regime em uma situação duvidosa quanto a sua possibilidade de continuação no longo prazo (TOOZE, 2013).

Por fim, as decisões econômicas do regime nazista parecem desafiar os próprios pressupostos utilitários sobre a natureza humana: egoísta, autointeressada, maximizadora. Cabe aqui como exemplo a baixa utilização da mão de obra dos campos de concentração, a qual é explicada por Tooze (2013) pela predominância do aspecto ideológico em relação ao econômico. Segundo Herbert (2000), o interesse econômico, nesse caso, seria a máxima utilização possível dessa mão de obra. É principalmente nesse âmbito que reside a argumentação de Arendt (2012, p. 557) a respeito da incompatibilidade entre a doutrina utilitarista e o regime totalitário, o qual tem como característica o “desdém em relação aos motivos utilitários, e não a promoção egoísta do seu próprio interesse”.

Esse curioso descaso do domínio totalitário pelo mais óbvio interesse próprio costuma impressionar as pessoas como uma espécie de idealismo equivocado. E essa impressão encerra certa verdade, se entendemos por idealismo apenas a ausência de egoísmo e de motivações de senso comum. (ARENDDT, 2008, p. 372).

Em relação a essa última perspectiva, vale destacar a análise de George Orwell (2017) contida em sua resenha sobre o livro *Mein Kampf*, publicada ainda em 1940. Para Orwell (2017), Hitler teria entendido que a natureza humana é mais complexa do que uma simples busca hedonista, ou seja, do que uma tentativa de maximizar utilidade. Assim, os seres humanos não ansiariam apenas por motivos utilitários como segurança, conforto e bom senso; “[...] eles também, ao menos intermitentemente, querem luta e autossacrifício, e isso sem falar em tambores, bandeiras e desfiles demonstrativos de lealdade” (ORWELL, 2017, p. 30).

Ao compreender essa complexidade, Hitler teria conseguido organizar a economia alemã sobre bases não hedonistas. Conforme Orwell (2017, p. 30), enquanto categorias do pensamento ocidental como capitalismo e socialismo prometiam “uma vida boa”, Hitler oferecia “luta, perigo e morte”, resultando, paradoxalmente para uma ponderação utilitária, em uma nação inteira aos seus pés. É por isso que os fracassos econômicos e as irracionalidades do regime nazista se devem fundamentalmente à sua própria orientação não utilitária.

## 5 CONCLUSÃO

A experiência totalitária nazista, que perdurou de 1933 a 1945, constitui um dos capítulos mais destrutivos, senão o mais destrutivo, do período sugestivamente denominado por Hobsbawm (1995) de “Era da Catástrofe”, o qual engloba as duas guerras mundiais (1914-1945). Como apontado por Harari (2018), o regime nazista desafia tentativas de análise baseadas apenas em parâmetros convencionais, os quais buscam associar os desdobramentos históricos a fatores materiais e econômicos, sendo necessário, também, conjecturar sobre a dimensão ideológica nessas investigações. Em consonância com Arendt (2012), que atribui à ideologia o fato de o regime nazista tornar-se alheio a questões utilitárias, Tooze (2013, p. 26) destaca que os riscos assumidos pelos nazistas na guerra, ao desafiarem “a racionalização em termos de autointeresse pragmático”, só podem ser explicados a partir desse mesmo fator.

É interessante notar a incompatibilidade entre a doutrina utilitária e a ideologia nazista já em suas diferentes motivações. Enquanto o utilitarismo econômico, como consequência da noção de maximização, vislumbra em alguma medida o desenvolvimento econômico, a ideologia nazista acreditava que o motor da história não era a busca por esse objetivo, mas sim a luta entre as raças por sobrevivência (TOOZE, 2013). Essa visão alternativa de Hitler sobre o mundo, tendo ultrapassado os limites do mero discurso, tornou-se a própria realidade dentro da Alemanha. Assim, sob um processo contínuo de radicalização, que resultou na concentração de poder nas mãos do Führer, todas as esferas foram sendo subordinadas à ideologia, inclusive a economia (ARENDR, 2012).

Nesse sentido, as políticas econômicas adotadas pelo regime priorizaram, desde o início, a preparação para a vindoura guerra, vista como inevitável pelos nazistas: com o direcionamento crescente dos recursos para esse fim, o rearmamento chegou a representar 60% da renda nacional do país no final da guerra, impactando gravemente outros setores. Em 1935, por exemplo, já havia sido adotado o racionamento de alguns alimentos; em 1938, quando o país passava pela maior escassez de moradias de sua história, todos os novos empréstimos hipotecários foram abolidos; o sistema ferroviário, passando por um processo de

deterioração, recebia continuamente uma quantidade menor de aço do que aquela necessária para manter a infraestrutura já existente. Todos esses impactos apontam para a “irracionalidade do regime de Hitler”, já que impossibilitavam sua continuidade a longo prazo (TOOZE, 2013, p. 183).

Considerando que o utilitarismo está diretamente vinculado à noção de racionalidade econômica, pode-se inferir que a “irracionalidade” do regime nazista esteja justamente no fato de não basear suas ações no princípio de utilidade, ou seja, em um cálculo de custo e benefício. Assim, como destacado por Arendt (2012, p. 632), o “princípio de ação” em um regime totalitário “[...] é a lógica do pensamento ideológico”. Em outros termos, as ações em um regime totalitário são fruto de um processo lógico baseado em uma premissa ideológica aceita como verdadeira, que, no caso nazista, seria a eterna luta de raças.

Tooze (2013, p. 636) assinala que, nos estágios finais do conflito mundial, Hitler “[...] não tinha ilusões sobre a estreiteza da janela de oportunidade estratégica da Alemanha”. Ainda assim, a chance de perder inteiramente a guerra não conduziu a liderança nazista na direção do apaziguamento com as nações combatentes. A explicação para essa obstinação de Hitler, mesmo quando a atitude *racional* seria, conforme Tooze (2013), encontrar um fim negociado para o conflito, está precisamente nesse novo princípio de ação apontado por Arendt (2012). É nessa esteira que a autora (2012, p. 619) faz o alerta de que o terror totalitário não visa beneficiar o “poder despótico de um homem”, mas sim transformar a realidade à imagem de sua ideologia.

## REFERÊNCIAS

ANIEVAS, Alexander. Reassessing the nazi war economy and the origins of the second world war. **Historical Materialism**, v. 22, n. 3-4, p. 281-297, dec. 2014. Disponível em: [https://brill.com/view/journals/hima/22/3-4/article-p281\\_8.xml](https://brill.com/view/journals/hima/22/3-4/article-p281_8.xml). Acesso em: 30 aug. 2020.

ARENDT, Hannah. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo (ensaios). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BEL, Germà. Against the mainstream: Nazi privatization in 1930s Germany. **The Economic History Review**, v. 63, n.1, p. 34-55, feb. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0289.2009.00473.x>. Acesso Em: 15 jun. 2019.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)

BROADBERRY, Stephen; HARRISON, Mark. **Economics of the two world wars**, Reino Unido, 2008. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/mharrison/public/worldwars2008.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BUCHHEIM, Christoph; SCHERNER, Jonas. The role of private property in nazi economy: the case of industry. **The Journal of Economic History**, v. 66, n. 2, p. 390-416, jun. 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3874882?seq=1>. Acesso em: 09 jun. 2019.

CASPAR, C. 'Mein Kampf': a best seller. **Jewish Social Studies**, v. 20, n. 1, p. 3-16, jan. 1958. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4465572>. Acesso em: 29 jun. 2020.

CHIAPPIN, José R. Novaes; LEISTER, Ana Carolina. O programa utilitarista e a teoria das formas do governo e do Estado, de Hobbes e Hume a Bentham: o princípio utilitarista, o Estado como agente racional, o interesse público e o problema da captura. **Revista Política Hoje**, v. 27, n. 1, p. 105-141, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/234714>. Acesso em: 25 set. 2020.

CORREA, Lara Cruz. Utilitarismo e moralidade: considerações sobre o indivíduo e o Estado. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 173-186, jun, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092012000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200011&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 set. 2020.

COUTINHO, Mauricio. Do capital financeiro de Hilferdind. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, São Paulo, n. 35, p. 5-26, jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/8>. Acesso em: 05 abr. 2020.

COUTO, Joaquim; HACKL, Gilberto. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 311-341, dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182007000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 jun. 2019.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas)

DRUCKER, Peter. **The end of economic man: the origins of totalitarianism**. London: Transaction Publishers, 2009.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EVANS, Richard. **Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. Uma interpretação do primeiro milagre econômico alemão (1933-1944). **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 245-266, jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572009000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 jun. 2019.

FLEISCHHACKER, Jochen; SPOERER, Mark. Forced laborers in Nazi Germany: categories, numbers and survivors. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 33, n. 2, p. 169-204, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3656586>. Acesso em: 29 aug. 2020.

FRANCO, Gustavo. **Prefácio para “Setenta e seis anos de minha vida” de Hjalmar Schacht**, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/schacht.pdf>. Acesso em: 02 aug. 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: GEN, 2014.

GITZ, Ilton; PEREIRA, Nilton. **Ensinando sobre o Holocausto na escola**. Porto Alegre, Penso, 2014.

GUTERMAN, Marcos. **A moral nazista**: uma análise do processo que transformou crime em virtude na Alemanha de Hitler. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HARARI, Yuval. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018.

HARRISON, Mark. Resource mobilization for world war II: the U.S.A., U.K., U.S.S.R., and Germany, 1938-1945. **Economic History Review**, v. 41, n. 2, p. 171-192, may 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2596054>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HAYEK, Friedrich. **The road to serfdom**: with the intellectuals and socialism. London: The Institute of Economic Affairs, 2001.

HERBERT, Ulrich. Forced laborers in the Third Reich: an overview. **International Labor and Working-Class History**, n. 58, p. 192-218, 2000. Disponível em: [www.jstor.org/stable/27672680](http://www.jstor.org/stable/27672680). Acesso em: 29 aug. 2020.

HILFERDING, Rudolf. State capitalism or totalitarian state economy. **Modern review**, v. 1, n. 4, p 266-271, jun. 1947.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução de André Arruda Villela. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JEVONS, William Stanley. **A teoria da economia política**. Tradução de Cláudia Laversveiler de Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)

KEYNES, John. **As consequências econômicas da paz**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3)

KEYNES, John. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os economistas)

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**: tratado introdutório. Tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Os economistas)

MILL, John Stuart. **Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos**. Traduções de João Marcos Coelho e Pablo Rúben Mariconda. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os pensadores)

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. Tradução de Ricardo Marcelino Palo Rodrigues. São Paulo: Hunter Books, 2014.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. República de Weimar, suas crises e o nazismo como alternativa. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 111-133, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/31432/23101>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MULGAN, Tim. **Utilitarismo**. Tradução de Fábio Creder. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ORWELL, George. **O que é fascismo?** : e outros ensaios. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PEDROSO, Gustavo. Entre o capitalismo de Estado e o Behemoth: o Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo. **Cadernos de ética e filosofia política**, São Paulo, v. 2, n. 15, p. 151-180, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/82612>. Acesso em: 04 abr. 2020.

POLLOCK, Friedrich. Seria o nacional-socialismo uma nova ordem? *In*: FLECK, Amaro; CAUX, Luiz (org.). **Crise e transformação estrutural do capitalismo**: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Florianópolis: NEFIPO, 2019. *E-book*.

POLLOCK, Friedrich. State capitalism: its possibilities and limitations. *In*: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike. **The essential Frankfurt school reader**. New York: Continuum, 1982.

RAMOS, Diogo. Franz Neumann e o nazismo como a destruição do estado. **ethic@ - Revista internacional de filosofia da moral**, Florianópolis, v. 11, n. 3, p. 299-327, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/27308>. Acesso em: 05 abr. 2020.

RITSCHL, Albrecht. Deficit spending in the nazi recovery, 1933-1938: a critical reassessment. **Journal of the Japanese and International Economies**, v. 16, n. 4, p. 559-582, dec. 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889158302905150>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SIDGWICK, Henry. Utilitarianism. **Utilitas**, v. 12, n. 3, p. 253-260, nov. 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/utilitas/issue/96C58317015128BBCF0ABDEE28E60D96>. Acesso em: 25 set. 2020.

SCHERNER, Jonas. Nazi Germany's preparation for war: evidence from revised industrial investment series. **European Review of Economic History**. v. 14, n. 3, p. 433-468, aug. 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/ereh/article-abstract/14/3/433/396969>. Acesso em: 14 jun. 2020.

SMITH, Adam. **Compêndio riqueza das nações**. Tradução de Bento da Silva Lisboa. São Paulo: Hunter Books, 2014.

TOOZE, Adam. **O preço da destruição**: construção e ruína da economia alemã. Tradução de Sérgio Duarte. Rio de Janeiro: Record, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. v. 1.